

Revista

**FEBASE**

Federação do Sector Financeiro



Directores Adjuntos: Carlos Marques; Carlos Silva; Pereira Gomes; Viriato Baptista

Ano II  
N.º 9  
1,50 €  
Janeiro de 2011

Director: Delmiro Carreira



# Afirmar a Febase

na contratação colectiva

Esta mera e curta análise  
ainda mais acentua  
os perigos que rodeiam  
o movimento sindical  
em Portugal e aquilo  
que parece ser a impotência  
do mesmo, na interrupção  
do declínio sindical  
verificado



TEXTO: CARLOS MARQUES

## Movimento sindical, as mudanças necessárias

Fazendo fé em dados publicados na revista "Visão" de 25 de Novembro passado, obtidos de um estudo levado a cabo pelo investigador Reinhard Naumann e até hoje não contraditados, o número de trabalhadores portugueses filiados em Sindicatos desceu, no período entre 1980 e os dias de hoje, de cerca de um milhão de trabalhadores, para se situar em torno de 730 mil. Neste mesmo período, o número de Sindicatos filiados nas duas Centrais Sindicais passou de 239 para 163.

Poder-se-á dizer que, certamente para esta última diminuição, terão contribuído algumas fusões e reorganizações, mas, em minha opinião, pesará muito mais nesta acentuada redução o fim de algumas organizações sindicais que o tempo e as circunstâncias acabaram por tornar moribundas.

Continuando a socorrer-me do trabalho já citado, constata-se que o nível de sindicalização em Portugal ronda hoje os 21%, número muito interessante se comparado com a alemã (22% a 23%) com a inglesa (estimada entre 25% e 30%) e francamente melhor que a francesa (cerca de 10%) e ligeiramente acima da espanhola (19% a 20%).

Convém, no entanto, não perder de vista, nesta análise, que a percentagem de sindicalização em Portugal passou de quase 100%, em 1974, fruto da então sindicalização obrigatória, para os actuais 21%, enquanto a população portuguesa activa passou, nesse mesmo período, de 3,1 milhões para 4 milhões de trabalhadores por conta de outrem.

Temo, assim, que enquanto na sindicalização, num período de 36 anos, o número de inscritos desceu de perto de três milhões para os actuais 730 mil, perdendo, desta forma, 2,370 milhões de trabalhadores, a população activa, nesse mesmo período aumentou em 29%.

Esta mera e curta análise ainda mais acentua os perigos que rodeiam o movimento sindical em Portugal e aquilo que parece ser a impotência do mesmo, na interrupção do declínio sindical verificado.

Os motivos são vastos, alguns externos ao movimento sindical e certamente não alheios à perda de referência que, hoje, o associativismo em geral representa.

Para a maioria dos cidadãos, muito mais preocupados com comportamentos individuais do que colectivos e, certamente, influenciados por um modelo consumista que tarda a abandonar-nos, a visão que têm dos Sindicatos é de se tratar de algo que não lhes traz nenhum acréscimo de segurança e rentabilidade e, por isso, encaram-nos como acessório ao seu padrão de vida.

Já no que respeita às culpas directamente imputadas aos Sindicatos, a lista é extensa, peca certamente por alguma subjectividade de opinião, mas as coisas são mesmo assim e, por isso, aí vão alguns dos motivos, sem que a ordem indicada reflecta o grau de importância de cada um dos factores:

- Partidarização da vida sindical;
- Falta de oferta diversificada, social e financeira aos associados;
- Políticas sindicais pouco atractivas para os jovens;
- Demasiado afunilamento da matriz sindical em torno dos associados, esquecendo toda a realidade envolvente – desemprego, qualidade do emprego, políticas de imigração, nova organização do trabalho, etc., etc.;
- Ausência de soluções inovadoras na negociação colectiva;
- Falta de trabalho sindical nos locais de trabalho;
- Envelhecimento dos quadros sindicais, com o esgotamento acelerado dos quadros sindicais entrados na década de 70 e 80 do século passado;

A lista já vai extensa e certamente ainda poderia ser maior. Deixo isso para um trabalho mais profundo sobre a sindicalização em Portugal.

Aqui chegado, importa dizer o que a curto prazo devia mudar:

- Na formação e informação dos associados e para os associados;
  - Na criação de formas de apoio social, financeiro e de saúde;
  - No paradigma de trabalho sindical, reforçando-o nos locais de trabalho, orientado por direcções centrais altamente operacionais e eficientes, que procurem, por todos os meios, apoiar as equipas que se encontram nos locais de trabalho;
  - Na intervenção sindical em áreas onde hoje não opera, nomeadamente em projectos de responsabilidade social, que sejam envolventes e participados;
  - Na negociação contratual, para que esta não fique pela mera questão salarial mas que abarque muitos outros aspectos, que hoje são motivo de preocupação para os trabalhadores;
  - Na abertura dos Sindicatos aos trabalhadores, dessacralizando as direcções e permitindo a participação de todos, independentemente das ideologias, credos ou convicções;
- Creio que a concretização destas e, certamente, de outras ideias de modernização do movimento sindical poderão sustentar a perda de influência e ajudar a inverter a tendência que se tem verificado. ■

## sumário

### SINDICAL | Actualidade

Conselho Geral da Febase aprova Plano de Actividades e Orçamento 4

Conselho Sectorial dá luz verde à proposta de revisão das tabelas salariais 5

Montepio Geral garante postos de trabalho do Finibanco 6

Ano de crise e de greve geral em balanço da UGT 8

UGT exige esclarecimentos sobre estatísticas do emprego 9

Comissão de Acompanhamento analisa relatório do Grupo BBVA 10

Comissão de Acompanhamento analisa relatório do Banco Santander Totta 12

### Integração na Segurança Social

Decreto-lei já está publicado 16

### CONTRATAÇÃO | Seguros

Ponto da situação das diversas negociações 7

### INTERNACIONAL | Actualidade

Febase participa no Congresso dos bancários de Moçambique 14

### TEMPOS LIVRES | Nacional

#### Squash

José Fernandes repete título nacional 18

#### Xadrez

Manuel Almeida é novo campeão nacional 18

#### Golfe

Chuva intensa dificultou final nacional 19

#### King

Caetano Moço ganha no Porto 19



20

| Bancários Sul e Ilhas



23

| Bancários Norte



26

| Bancários Centro



29

| STAS Actividade Seguradora

## Ficha Técnica

Propriedade:  
Federação do Sector Financeiro  
NIF 508618029

Correio electrónico:  
revista.febase@gmail.com

Director:  
Delmiro Carreira – SBSI

Directores Adjuntos:  
Carlos Marques – STAS  
Carlos Silva – SBC  
Pereira Gomes – SBN  
Viriato Baptista – SBSI

Conselho editorial:  
Cristina Damião – SBSI  
Firmino Marques – SBN  
Sequeira Mendes – SBC  
Patrícia Caixinha – STAS

Editor:  
Rui Santos

Redacção e Produção:  
Rua de S. José, 131  
1169-046 Lisboa  
Tels.: 213 216 113  
Fax: 213 216 180

Revisão:  
António Costa

Grafismo:  
Ricardo Nogueira

Execução Gráfica:  
Xis e Ére, Lda.  
xer@netcabo.pt  
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.  
2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 80.000 exemplares  
Periodicidade: Mensal  
Depósito legal: 307762/10  
Registado na ERC: 125 852



# Conselho Geral da Febase aprova Plano de Actividades e Orçamento

TEXTOS: FRANCISCO OLIVEIRA

O Conselho Geral da Febase reuniu-se em Lisboa, em 17 de Dezembro, altura em que o Secretariado apresentou as suas proposta de Plano de Actividades e Orçamento que pretende implantar neste ano

Perante a ausência, por doença, do presidente em exercício, Mário Figueira, a mesa foi constituída por Alfredo Correia, que presidiu, ladeado por Tomás Braz e Manuel Camacho.

Após algumas informações sobre a forma de funcionamento, entrou-se no ponto de antes da ordem de trabalhos.

O presidente da mesa deu a palavra ao Secretariado, que fez, pela voz de Paulo Alexandre, uma resenha sobre a situação vivida na contratação do sector bancário, em especial no respeitante ao Banco de Portugal e à CGD, sobretudo no que diz respeito à tentativa, por parte das administrações e do Governo, de aplicação, naquelas Instituições, da decisão expressa no OE, no que se refere à redução dos vencimentos na administração pública. Referiu-se, depois, à situação vivida no BPN, onde não foi, ainda, aplicada a tabela aprovada para 2010, subscrita, de livre vontade e sem qualquer ressalva, por aquela Instituição.

Por sua vez, Delmiro Carreira referiu-se à aprovação em Conselho de Ministros do Decreto-Lei referente à integração dos bancários no regime geral da Segurança Social, nos precisos termos acordados com os Sindicatos, aguardando-se, então, a publicação no Diário da República, para uma análise mais pormenorizada, o que é feito neste número.

Por fim, e ainda no tempo de intervenção do Secretariado, Carlos Marques fez também uma resenha da situação da contratação no sector dos Seguros, tendo referido que começa finalmente a ver-se uma luz ao fundo do túnel das negociações. Depois de ultrapassadas algumas divergências, surgi-



ram novas dificuldades com a aprovação do OE, já que muitas das empresas seguradoras fazem parte do sector público, logo abrangidas por aquele documento, o que levou a um impasse nas negociações, até melhor esclarecimento por parte da Associação Portuguesa de Seguros (APS).

Dada a palavra aos conselheiros, dela usaram Teresa Rosa, Victor António, Boaventura Antunes, Rui Narciso e Fernando Martins, que colocaram diversas questões relacionadas com a actuação da Febase ao longo da sua vigência, quer sobre as decisões governamentais no que aos trabalhadores diz respeito, quer à situação económica que se vive em Portugal e na Europa.

Finalmente, no ponto 3 da ordem de trabalhos foi feita a apresentação do Plano de Actividades, do Orçamento e do parecer do Conselho Fiscal.

Neste ponto interveio o conselheiro Victor António, com algumas sugestões que, em seu entender, melhorariam francamente o Orçamento. As sugestões foram consideradas pertinentes pelo presidente do Conselho Fiscalizador de Contas, que assumiu o compromisso de as incluir no próximo Orçamento.

Segundo o Secretariado, o Orçamento reflecte não só o aumento do IVA no que respeita à publicação da Revista Febase, mas também os gastos que virão a ser feitos com a organização das conferências da UNI - Europa Finanças e da

UNI - Finanças Mundial, que terão lugar em Março, no Estoril, bem como com o aumento dos custos com o pessoal.

A demonstração da análise orçamental nas várias rubricas constata a distribuição de verbas atinentes ao funcionamento dos vários pelouros do Secretariado e dos restantes órgãos da Febase, com reuniões periódicas dos respectivos membros.

O Pelouro da Formação mantém, na previsão orçamental, a participação da Febase em seminários e reuniões, sendo que foi aprovado pelo Secretariado um projecto de parceria com vários Sindicatos europeus, organizado pela federação italiana FIBA-CISL, sobre conciliação e arbitragem no sector bancário, cujo início foi já no final do ano transacto.

O Orçamento prevê que, neste ano, se possam realizar dois conselhos sectoriais da actividade bancária e ainda dois conselhos gerais ordinários - Relatório e Contas de 2010 e Orçamento para 2012 - e, eventualmente, dois extraordinários.

Os proveitos da Febase são essencialmente assentes na quotização a receber por parte de cada Sindicato filiado, de acordo com as regras estatutárias.

Por seu turno, a Comissão Fiscalizadora de Contas destacou o trabalho realizado pelo Pelouro Administrativo e Financeiro na execução do documento, enfatizando que a proposta orçamental não procede ao aumento dos custos



A mesa foi constituída por Alfredo Correia, que presidiu, ladeado por Tomás Braz e Manuel Camacho

operacionais orçamentados para o exercício anterior, exceptuando situações especiais, particularmente no quadro da realização das conferências da UNI.

Feitas as votações, os documentos foram aprovados pela maioria dos con-

selheiros, tendo-se registado três votos contra e cinco abstenções para o Plano de Actividades, um contra e sete abstenções para o Orçamento e sete abstenções para o parecer do Conselho Fiscal. ■

## Conselho Sectorial dá luz verde à proposta de revisão das tabelas salariais

Terminada a reunião do Conselho Geral da Febase, deu-se início à do Conselho Sectorial da Banca que, nos termos estatutários e regimentais, teve a dirigi-lo os elementos do Secretariado em representação da Banca, sendo a mesa presidida pelo secretário coordenador, Carlos Silva, e constituída também por Paulo Alexandre, Teixeira Guimarães, Vitorino Ribeiro, Cristina Damião, Viriato Baptista e Aníbal Ribeiro.

Dada a palavra ao coordenador do Pelouro da Contratação, Paulo Alexandre fez uma explanação exhaustiva sobre a situação actual, que foi complementar à intervenção produzida no Conselho Geral da Febase, tendo feito a apresentação das propostas para 2011, a apresentar às Instituições de Crédito e que, em conformidade com a fundamentação económica, apresenta um aumento de 2,2% nas tabelas salariais.

Neste ponto intervieram os conselheiros Victor António, Boaventura Antunes, Sá Casal, Carlos Lopes, Rui Narciso, Fernando Martins e Teresa Rosa.

A proposta de revisão das tabelas salariais de todas as convenções de que os Sindicatos filiados são subscrito-

res representa um aumento salarial global de 2,2% para este ano.

O documento aprovado, apresentado pelo Secretariado, exige "firmemente, independentemente do juízo de valor que se possa fazer sobre a necessidade de contenção ou, mesmo, de redução de alguns tipos de remunerações, que as propostas a apresentar à tutela e que ponham em causa os IRCT sejam discutidas com os Sindicatos; se tal não for feito, a Febase deverá recorrer a todos os meios legais, nacionais e europeus, para fazer valer os seus pontos de vista".

Considera, por outro lado, que o quadro económico e social em que decorre a apresentação da proposta de revisão salarial dos trabalhadores bancários é por todos reconhecido como "extremamente grave, não podendo, por isso, ser subestimado". E acrescenta que os trabalhadores portugueses são confrontados com medidas de austeridade que põem em causa os acordos estabelecidos entre Sindicatos e entidades patronais.

Por enquanto, tais medidas aplicam-se apenas aos serviços públicos e às empresas do perímetro do Estado: "Ainda nenhuma dessas empresas, da área da Banca ou dos Seguros, ou de quais-

quer Institutos, mostrou interesse em discutir com os Sindicatos medidas que afectam o cumprimento do acordado em sede de contratação colectiva."

Porém, sublinha nada garantir que tais propósitos não possam vir a ser estendidos a todos os trabalhadores abrangidos pela contratação colectiva na esfera privada, cujas formulações são definidas pelo Código do Trabalho.

Por outro lado, começa a ser vislumbrada uma ligeira retoma da economia mundial, muito particularmente da UE: "Sendo o nosso País dependente das principais economias da União Europeia, a existência de alguma melhoria no seio dos principais países europeus é, só por si, indicadora da possibilidade de recuperação da economia portuguesa, contribuindo para o crescimento económico e para a atenuação do nível de desemprego."

Por fim, a evolução dos índices de preços no consumidor, nos últimos três meses conhecidos, foi sempre igual ou superior a 2%: "Esta taxa serve de base para a estimativa do crescimento dos preços em 2011."

Colocada a votação a proposta do Secretariado, foi aprovada com onze votos contra e duas abstenções. ■

Os proveitos da Febase são essencialmente assentes na quotização a receber por parte de cada Sindicato filiado, de acordo com as regras estatutárias



Em reunião com a Febase

## Montepio Geral garante postos de trabalho do Finibanco

TEXTO: **INÉS F. NETO**

A Administração do Montepio Geral adiantou ao Secretariado da Febase que a situação decorrente da aquisição do Finibanco não põe em causa os postos de trabalho daquela Instituição, embora possa ser necessário proceder a alguns ajustamentos. A Federação vai promover reuniões com os trabalhadores no final deste mês



entanto, adiantou que para já não está nos objectivos da Instituição estender a aplicação da referida tabela.

A Febase alertou para a instabilidade interna que poderá sentir-se se a Instituição optar por uma política de injustiça social, assente na discriminação salarial baseada na origem dos trabalhadores – argumento a que a Administração se mostrou sensível.

### Direito aos SAMS

A Febase chamou ainda a atenção da Administração do Montepio Geral para o facto de o Finibanco ter trabalhadores inscritos no Regime Geral de Segurança Social sem a respectiva majoração de salários, enquanto outros não estão inscritos nos SAMS. Em qualquer das situações, existe da parte da Administração do Finibanco o compromisso, por escrito, de que todos os casos iriam ser resolvidos.

A resposta da Administração foi clara: o Montepio Geral irá cumprir integralmente o ACT do sector bancário.

Administração foi clara:  
o Montepio Geral irá cumprir  
integralmente o ACT  
do sector bancário

### Trabalhadores dos Seguros

Na reunião, as partes abordaram ainda a situação dos trabalhadores do sector segurador que recentemente integraram o Grupo Montepio Geral.

A Febase quis informações concretas e aprofundadas sobre a situação laboral dos trabalhadores da empresa Real Seguros.

### Reuniões com trabalhadores

Para análise de todas as situações, a Febase vai promover reuniões com os trabalhadores do Finibanco e da Real Seguros ainda este mês: dia 25 em Lisboa, no dia seguinte em Coimbra e a 27 no Porto.

As respectivas convocatórias serão enviadas brevemente aos trabalhadores. ■

trabalho do Finibanco não estão em causa.

Por outro lado, foi adiantado que a marca Finibanco vai desaparecer, com excepção de Angola.

### Tabela salarial

Na reunião, a Febase questionou ainda a Administração sobre matéria salarial e direitos sociais, nomeadamente se a chamada "tabela Montepio" iria ser aplicada aos trabalhadores oriundos do Finibanco.

A Administração esclareceu que foi já constituída uma comissão para estudar o sistema remuneratório e que só quando estiver na posse das conclusões tomará uma decisão sobre a matéria. No

A Federação do Sector Financeiro (Febase) reuniu-se dia 5 de Janeiro com a Administração do Montepio, um encontro solicitado pelo seu Secretariado com o objectivo de analisar a situação dos trabalhadores decorrente do processo de aquisição do Finibanco pelo Montepio Geral.

Do processo de aquisição poderá resultar um número excedentário de trabalhadores, adiantou a Administração do Montepio, que se mostrou disponível para analisar todas as situações, caso a caso, recorrendo, nomeadamente, a algumas pré-reformas e a ajustamentos relativamente ao local de trabalho.

Mas a Administração do Montepio garantiu à Febase que os postos de

## Ponto da situação das diversas negociações

Para conhecimento geral, aqui fica o ponto da situação das diversas negociações nas quais o STAS detém um papel interventivo

TEXTO: **LUIS DIAS**

### Hospital da CUF Infante Santo - Lisboa

Prosseguem as negociações de revisão do Acordo de Empresa, encetadas em finais de 2009, conjuntamente com o Sindicato dos Enfermeiros e a FESAHT. Temos procurado acautelar alguns dos direitos mais substantivos existentes e os nossos associados podem contar com o nosso máximo empenhamento nesse sentido.

### Sector segurador

Estamos, neste momento, na expectativa da reabertura do processo negocial, interrompido, unilateralmente, pela APS, em Janeiro de 2010, sobre a revisão global do CCT, pretendendo a APS apenas uma revisão "cirúrgica"

sobre as matérias de natureza imperativa, resultantes da entrada em vigor do novo Código do Trabalho.

O nosso Sindicato pretende uma revisão mais global, que estava a ser negociada desde 2004, onde pontificavam as categorias, carreiras e funções, inclusive a partir do estudo feito por uma empresa especializada, contratada pela própria APS, cujo resultado se entrosava com a nossa proposta sobre esta matéria.

Apesar de não ter havido actualização da tabela salarial para o ano de 2010, foi apresentada à APS, nos primórdios de Novembro, uma proposta de revisão de tabela salarial para 2011, na ordem de 3,828%, contemplando-se nessa proposta o valor de 1%, relativo a 2010, aceite aquando do processo de mediação que

correu trâmites no Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Estamos a aguardar uma resposta formal por parte da APS e, logo que a mesma nos chegue, faremos a sua divulgação pela classe.

### Sector da Mediação de Seguros

Aqui, também não se verificaram revisões, em 2010, das tabelas salariais e das cláusulas de expressão pecuniária dos CCT firmados com as duas associações representativas do sector, APROSE e ANACS.

Não obstante, formalizámos propostas de revisão junto das mesmas, com o mesmo valor, 3,828%, partindo dos mesmos pressupostos.

Aguardamos, igualmente, pela sua resposta formal. ■

## Sabia Que...

O trabalho suplementar é admitido em circunstâncias muito precisas:

- Para fazer face a acréscimos eventuais e transitórios de trabalho, desde que não se justifique a admissão de trabalhador;
- Em caso de força maior (insuperável por outra via);
- Quando seja indispensável (leia-se: insubstituível), para prevenir ou reparar prejuízos graves para a empresa ou para a sua viabilidade – caso em que o único limite temporal imposto à duração do trabalho suplementar é de uma média semanal de 48 horas num período de referência não superior a 12 meses;

Consulte-nos em [www.stas.pt](http://www.stas.pt)

STAS

Linha grátis: 800 205 179 | Stas - Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Seguradora | Largo do Intendente Pina Manique 35, 1100-285 Lisboa

## Ano de crise e de greve geral em balanço da UGT

Texto: RUI SANTOS

A UGT acaba de divulgar o seu balanço do ano que agora findou, quando o País continua confrontado com uma situação difícil, iniciada com a crise internacional e acentuada pelas políticas de austeridade, impostas pela União Europeia e pela incapacidade de, a nível nacional, serem prosseguidas políticas de crescimento, de competitividade e de emprego. É desse balanço que aqui respigamos seus pontos principais

O balanço da UGT considera que os trabalhadores portugueses encontram-se mais expostos a situações de pobreza e de exclusão.

O crescimento dos salários foi marcado pela crise e pelos apelos à moderação salarial. Na Administração Pública, os salários foram congelados e foram suspensas as progressões nas carreiras, enquanto no sector privado o crescimento real dos salários foi fraco, não permitindo efectivas melhorias de poder de compra.

Os pensionistas e a população em geral enfrentam, também, os impactos da redução da protecção social, de congelamento de pensões e da contenção dos gastos públicos.

### Profundas críticas ao PEC

Logo no início do ano, o Governo apresentou o programa de estabilidade e crescimento, que mereceu profundas críticas da UGT. A situação foi-se agravando ao longo do ano, com o Governo a aprovar medidas cada vez mais austeras e restritivas, viradas para a redução do défice e com impactos muito negativos para os trabalhadores e suas famílias.

### UE impõe novas medidas

Ainda no primeiro semestre, e por imposição da UE, foram eliminadas importantes medidas, que tinham por objectivo apoiar o emprego e reforçar a protecção dos desempregados.

No final de Setembro, o Governo apresentou um novo conjunto de medidas ainda mais grave. Medidas inaceitáveis, como a redução dos salários dos trabalhadores da Administração Pública e do sector empresarial do Estado, o congelamento de todas as pensões – mesmo das mais baixas – e a redução de direitos, em áreas fundamentais como a saúde, para além da redução de investimentos públicos, o agravamento da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho e do IVA, entre outras.

Simultaneamente, foram-se ouvindo declarações do Governo, apelando também ao congelamento ou, mesmo, redução salarial no sector privado, para 2011. Este novo conjunto de medidas veio agravar as condições de vida das pessoas e comprometer o desenvolvimen-

**A UGT manifesta a sua disposição para continuar a bater-se por políticas e medidas que, apesar das dificuldades existentes, possam fazer de 2011 um ano melhor para todos**

to do País, atirando-o para uma potencial nova recessão em 2011.

Era, assim, inevitável que, perante o ataque brutal aos direitos e condições de trabalho, com impacto negativo no crescimento e no emprego, a UGT assumisse as mais duras formas de luta, designadamente avançando para uma greve geral, 22 anos após a greve de 1988, que teve na sua génese uma pretensão do Governo para liberalizar os despedimentos.

### Maior greve de sempre

A greve geral de 24 de Novembro, a maior greve de sempre no nosso País, foi, sobretudo, uma greve por um futuro melhor. Foi uma greve em que os trabalhadores mostraram o seu descontentamento pelas sucessivas políticas de austeridade, bem como a sua determinação em lutar por um País mais justo e solidário.

Foi o momento de unir esforços e vontades, para lutar por uma mudança de políticas e por uma mais justa partilha de sacrifícios. Lutar por políticas cuja prioridade tem de ser o emprego e o combate ao desemprego, ainda que sem pôr em causa a necessária redução do défice orçamental.

Ao longo do ano, a UGT esteve fortemente empenhada na discussão de um possível acordo para o emprego, em sede de CPCS. Contudo, o desrespeito do Governo, face a compromissos tripartidos, tornou inviável a continuação da discussão tripartida então em curso.

### Aumento do salário mínimo

Também a questão do aumento do salário mínimo de €500 em 2011 esteve em foco nas últimas semanas do ano, com o Governo a comprometer-se a um aumento que será prosseguido em várias fases, com um aumento de €10 em Janeiro e uma avaliação e actualização em Junho e Outubro, no sentido de alcançar os €500, a meta estabelecida no acordo tripartido.

Nesta matéria, a UGT considera que, embora o salário mínimo de €500 devesse ter sido fixado logo em 1 de Janeiro, é positiva a posição avançada pelo Governo, ao garantir que aquele valor será atingido no decurso de 2011.

Em jeito de conclusão, considera a UGT que esta crise tem de ser vencida o mais rápido possível.

As medidas que vierem a ser implementadas para a competitividade e o emprego devem ser articuladas com outras políticas, como as políticas activas de emprego e outras, que promovam o crescimento real dos rendimentos dos portugueses, nomeadamente dos salários e pensões, potenciando a recuperação dos níveis de consumo e dinamizando, também, a nossa economia. Para tal, é fundamental a dinamização da negociação colectiva, instrumento básico para a adaptação à mudança e à melhoria das condições de vida e de trabalho.

No final do seu balanço, a UGT manifesta a sua disposição para continuar a bater-se por políticas e medidas que, apesar das dificuldades existentes, possam fazer de 2011 um ano melhor para todos. ■

## UGT exige esclarecimentos sobre estatísticas do emprego

Texto: RUI SANTOS

O Instituto Nacional de Estatística anunciou, no passado dia 4, importantes alterações ao método, até agora seguido, para a recolha de elementos estatísticos sobre o emprego, o que, desde logo, provocou enérgicas reacções dos diferentes quadrantes partidários e, também, da UGT

As alterações anunciadas vão fazer-se sentir já nos dados relativos ao 1.º trimestre de 2011 e envolvem a inquirição por telefone, em substituição da presencial, e também uma “racionalização do conteúdo” do questionário, que inclui a “adopção integral das orientações emanadas nos regulamentos comunitários”, o que provocará a inviabilização com dados recolhidos pelo processo anterior, que vinha sendo utilizado desde 1998.

Alda Carvalho, a presidente do Conselho Directivo do INE, lembrou que este sistema é seguido em Espanha, há seis anos, e noutros países europeus, e assegurou que a inviabilização de comparações directas não impede a leitura das grandes tendências de médio e de longo prazo, reconhecendo que esta mudança de processos é “importante e necessária”, visa a redução de custos e decorre de trabalhos iniciados em 2006, sendo apenas “técnica”, tendo recordado o estatuto de independência do INE face ao Governo, e independente da conjuntura. E justificou que não se conduza, em simultâneo, inquéritos com o método antigo e com o novo, que permitiria avaliar de imediato o efeito da alteração, com os custos que isso implicaria, que não quantificou. Também não referiu quanto deverá poupar, a médio prazo, com o novo método, o que é apontado como uma das vantagens da recolha de dados por telefone.

A inviabilização de comparações directas implica que, quando saírem os dados do desemprego referentes ao 1.º



trimestre deste ano, eles não poderão ser comparados com os do mesmo período de 2010, nem com os do trimestre anterior, que deverão ser conhecidos em Fevereiro, podendo acontecer não se perceber se o desemprego aumentou ou diminuiu. Mas os dados do 2.º trimestre já poderão ser comparados com os do actual trimestre.

O anúncio de tais alterações levou à pronta reacção das forças sociais, com a UGT a exigir imediatos esclarecimentos, ao mesmo tempo que considerava ser “totalmente inaceitável que não sejam garantidas, por parte do INE, as condições para uma comparação entre os dados das duas séries, de modo a assegurar que seja possível conhecer a real e a efectiva evolução do mercado de emprego em 2011, nomeadamente a evolução do desemprego”. Nesse sentido, a UGT já solicitou ao Conselho Superior de Estatística, que coordena o sistema estatístico nacional, que seja convocada, com urgência, uma reunião para a discussão aprofundada sobre as alterações

metodológicas e os seus impactos na comparação dos dados do emprego.

Pedro Mota Soares, líder parlamentar do CDS-PP, também se mostrou receoso com a medida agora anunciada, argumentando que “numa altura de crise, em que o desemprego sobe, é essencial ter números que se possam comparar”.

No mesmo sentido são as declarações de José Lourenço, da Comissão das actividades económicas junto do Comité Central do PCP, ao afirmar ser “inadmissível que, nesta altura de crise e de desemprego, se proceda a uma alteração deste tipo, que empobrece a qualidade da informação”, acrescentando que “ela veio mesmo a calhar para aqueles que pretendem mascarar a dura realidade do elevadíssimo desemprego no nosso País”.

Ao contrário, Miguel Frasquilho, deputado do PSD, manifestou estar tranquilo e anunciou que é “sem qualquer tipo de problema que o seu partido encara a mudança no método de recolha dos dados do desemprego”. ■



Fundo de Pensões

Comissão de Acompanhamento analisa relatório do Grupo BBVA

TEXTO: Inés F. Neto

O Fundo de Pensões do Grupo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA) apresentava, no final de Dezembro de 2009, um nível de financiamento de 99,2% face ao montante de 318.019.893 euros de responsabilidades, pelo que cumpre o rácio mínimo de financiamento imposto pelo Banco de Portugal

A Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões do Grupo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA) reuniu-se em 25 de Novembro do ano passado, tendo por objectivo a análise do Relatório Actuarial de 2009 elaborado pelo actuário responsável. Da Comissão faz parte e esteve presente, em representação dos Sindicatos da Febase, Delmiro Carreira, que considerou a informação disponibilizada como sendo de bom nível, propiciando uma análise adequada.

«Dado que o valor do fundo de pensões é de 315.386.696 euros (considerando neste saldo o montante de provisões matemáticas em apólices de seguro de vida), verifica-se um nível de financiamento de 99,2% face ao montante de 318.019.893 euros de responsabilidades», refere a análise dos consultores dos Sindicatos da Febase, pertencentes ao Centro de Investigação sobre Economia Financeira (CIEF) do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG/Universidade Técnica de Lisboa). E conclui: «Verifica-se assim cumprido o rácio mínimo de financiamento, de acordo com o Aviso 4/2005 do BdP.»

O documento do CIEF refere ainda que as contribuições para 2009 foram realizadas, «pelo que se conclui que os Associados cumpriram o plano de financiamento indicado pelo actuário responsável». Nesse sentido, foram efectuadas contribuições que totalizam 28.701.243 euros.

Recorde-se que os Associados dos Fundos de Pensões são quatro empresas do Grupo: BBVA Portugal, SA; BBVA Gest; SGFIM SA e BBVA Fundos SGPS, SA.

A equipa do CIEF analisou o relatório actuarial de 2009 relativo aos Fundos de Pensões do Grupo BBVA e Credit.

O Plano de Pensões, referia-se, é independente da Segurança Social, na medida em que a maioria dos trabalhadores estão integrados no regime de protecção social do sector bancário.

«Nos casos em que os trabalhadores estejam abrangidos pelo regime geral da Segurança Social, o plano é responsável pela cobertura da diferença entre os dois regimes», explica o documento, especificando: «A definição da pensão é semelhante à definida no ACT dos bancários, com algumas diferenças que poderão resultar em pensões superiores. Por exemplo, o 1.º e 2.º período na

definição de pensão base são mais curtos do que os mesmos definidos no ACT, passando o pensionista logo no 3.º mês a pertencer ao último período, com a percentagem que está definida no plano.»

Contribuições e benefícios garantidos

O documento refere que «as contribuições estimadas para 2009 foram realizadas», pelo que se conclui que o Associado cumpriu o plano de financiamento indicado pelo actuário responsável.

Os dados da população revelam uma responsabilidade constituída por 788

Grupo BBVA:

Pensionistas

	N.º	Idade média	Pensão média anual (€)
Velhice	22	80	21.260
Invalidez	24	64	19.434
Viuvez	46	69	7.139
Orfandade	11	17	2.479
Direitos Adquiridos	12	69	3.582
Total	115	65	11.589

Reformas antecipadas

	N.º	Idade média	Pensão média anual (€)
Total	300	60	26.678

Activos

	N.º	Idade média	Antiguidade média	Salário médio anual (€)
Idades < 65 anos	763	40	14	23.516
Idades >= 65 anos	0	0	0	0
Participantes c/ direitos adquiridos	0	0	0	0
Total	763	40	14	23.516

activos, 134 pensionistas e 314 reformas antecipadas.

Relativamente a 2008, verificou-se uma diminuição de 71 activos e uma diminuição de 15 pensionistas.

Os benefícios garantidos pelo Fundo de Pensões são as reformas por invalidez presumível, por invalidez e por sobrevivência, além do subsídio por morte e dos encargos com os SAMS.

No que diz respeito aos direitos adquiridos, o documento salienta que essa possibilidade está «garantida para os trabalhadores admitidos depois de 1995, mas a ser prevista no acordo individual para os restantes». Ou seja, «para estes últimos, ao Associado reserva-se o direito de reconhecer ou não o tempo de serviço prestado em outras Instituições bancárias».

O método utilizado para avaliar as responsabilidades bem como para calcular a taxa de contribuição normal para o ano seguinte foi o recomendado pela Normas Internacionais de Contabilidade – o Unit Credit Projected.

Quanto às contribuições, a análise do CIEF salienta que «estão em função da massa salarial esperada em cada ano». Relativamente a 2008, refira-se que houve uma descida da taxa de desconto de 5,9% para 5,35%.

Adequação dos activos às responsabilidades

«A componente obrigacionista, tal como no ano anterior, continua a representar a maior parte do investimento, sendo de 76,1% (37% Dívida Pública da UE) no fundo Grupo BBVA e de 70% (28,1% Dívida Pública da UE) no fundo Credit», destacam os consultores da Febase na sua análise, referindo que «a componente accionista deixou de existir, segundo o relatório e contas, em linha com a estratégia para os Fundos de Pensões de benefício definido dos colaboradores». Desta forma, «a componente liquidez representa 23,9% e 18,3% respectivamente para o fundo Grupo BBVA e fundo Credit».

Assim, os consultores da Febase destacam que o fundo Grupo BBVA tem um montante de 54.157.865 em depósitos à ordem, em parte resultante das contribuições efectuadas no final do ano e o fundo Credit um montante de 15.180.800. E consideram ser necessária mais informação actualizada acerca desta componente, por considerarem ser «um pouco exagerada face ao montante das pensões em pagamento (de 14.679.207 no caso do fundo Grupo BBVA)», frisam os analistas.

Fundo de Crédito:

Pensionistas

	N.º	Idade média	Pensão média anual (€)
Velhice	8	85	27.498
Invalidez	264	67	16.608
Viuvez	66	73	7.764
Orfandade	5	20	2.041
Direitos Adquiridos	11	70	3.475
Total	19	76	13.590

Reformas antecipadas

	N.º	Idade média	Pensão média anual (€)
Total	14	77	23.509

Activos

	N.º	Idade média	Antiguidade média	Salário médio anual (€)
Idades < 65 anos	25	47	23	31.682
Idades >= 65 anos	0	0	0	0
Participantes c/ direitos adquiridos	0	0	0	0
Total	25	47	23	31.682

Composição da carteira de títulos

Classes de Activos	Grupo BBVA	Credito
Dívida Privada – taxa fixa UE	38,7%	37,0%
Dívida Pública – taxa fixa UE	37,0%	28,1%
Dívida Privada – taxa variada UE	0,4%	2,9%
Dívida Privada – fora UE	0,0%	2,0%
Fundos Imobiliários UE	0,0%	11,7%
Liquidez	23,9%	18,3%

No decorrer da reunião foi explicado que o elevado montante registado em depósitos à ordem se devia ao facto de as contribuições terem ocorrido nos últimos dias do ano, tendo as aplicações sido feitas logo nos primeiros dias do mês seguinte.

Em 2009 o fundo Grupo BBVA apresentou uma rendibilidade anual de 5,04% muito próxima da taxa de juro utilizada para descontar as responsabilidades (5,35%). O fundo Credit apresentou uma rendibilidade anual de 6,74%, superior à taxa de juro utilizada para descontar as responsabilidades (5,35%).

«Estes resultados permitiram obter ganhos actuários resultantes de um

retorno real superior ao retorno previsto.»

Assim, os especialistas do CIEF concluem: «O financiamento dos Planos tem sido assegurado de forma conveniente pelos Associados, considerando também para o efeito a provisão de uma apólice de rendas vitalícias da seguradora Groupama.»

O rácio de financiamento foi cumprido, pelo que «com a ressalva sobre o peso da componente de liquidez, a estrutura da carteira de activos financeiros, embora apenas com obrigações, parece-nos adequada à estrutura das responsabilidades actuariais dos respectivos fundos». ■

Fundo de Pensões

Comissão de Acompanhamento analisa relatório do Banco Santander Totta

TEXTO: INÉS F. NETO

O Fundo de Pensões do Banco Santander Totta (BST) apresentava, no final de Dezembro de 2009, um nível de financiamento de 104,8%, cumprindo assim o rácio mínimo de financiamento imposto pelo Banco de Portugal. As contribuições do Associado totalizaram 70.000.000 euros, a que se juntaram 2.511.000 euros relativos às contribuições dos participantes



A Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões do Banco Santander Totta (BST) reuniu-se em 17 de Novembro do ano passado, tendo por objectivo a análise da documentação disponibilizada, de boa qualidade, nomeadamente do Relatório do Actuarial de 2009 elaborado pelo actuário responsável. Da Comissão faz parte e esteve presente, em representação dos Sindicatos da Febase, Delmiro Carreira.

«Dado que o valor do Fundo de Pensões é de 1.395.518 milhares de euros, verifica-se um nível de financiamento de 104,8% face ao montante de 1.331.557 mil euros de responsabilidades», refere a análise dos consultores dos Sindicatos da Febase, pertencentes ao Centro de Investigação sobre Economia Financeira (CIEF) do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG/Universidade Técnica de Lisboa). E conclui: «Verifica-se assim cumprido o rácio mínimo de financiamento, de acordo com o Aviso 4/2005 do BdP.»

O documento do CIEF refere ainda que as contribuições para 2009 foram realizadas, «pelo que se conclui que o Associado cumpriu o plano de financiamento indicado pelo actuário responsável».

Nesse sentido, foram efectuadas contribuições que totalizam 70.000.000 euros, «valor superior à contribuição normal, justificado para manter a cobertura do nível de financiamento, uma vez que ocorreram aumentos de responsabilidades bem como desvios relativamente ao rendimento esperado», lê-se no documento.

Recorde-se que o financiamento das responsabilidades é feito através do Fundo de Pensões Santander Totta, cuja entidade gestora é o Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. O único associado deste Fundo é o Banco Santander Totta.

O Plano de Pensões do BST segue o estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT). Assim, para os colaboradores do ex-BTA, ao benefício do ACT é descontada a pensão atribuída pelo Regime Geral da Segurança Social proporcional ao tempo de serviço no Banco.

Já as contribuições efectuadas por participantes admitidos após 1 de Janeiro de 1995 decorrem do estabelecido no ACT do sector bancário. Ou seja, «estes participantes efectuam uma contribuição mensal igual a 5% da sua retribuição mínima».

Benefícios garantidos

O salário pensionável é a última retribuição mensal (que inclui o vencimento base e as diuturnidades), sendo os benefícios garantidos pelo Fundo de Pensões as reformas por invalidez presumível, por invalidez e por sobrevivência, bem como o subsídio por morte e os encargos com os SAMS.

O documento salienta que além de cumprido o nível de financiamento exigido pelo BdP, também as responsabilidades com os SAMS foram financiadas. Do mesmo modo, o subsídio por morte previsto no ACT do sector bancário foi consi-

derado no total das responsabilidades e igualmente financiado, através de uma apólice de seguro de vida.

«As responsabilidades diminuíram relativamente a 2008, devido principalmente a alterações ao nível dos pressupostos», salienta a análise do CIEF, explicando: «Embora tenha ocorrido uma redução na taxa de desconto de 5,5% com impacto no aumento das responsabilidades para 5,25%, ocorreu o efeito inverso que terá tido mais peso, relativamente à diminuição da taxa de crescimento das pensões de 2,5% para 1,75% e a diminuição da taxa de inflação futura de 2% para 1,75%.»

No que diz respeito aos direitos adquiridos, o documento salienta que estão previstos no plano de pensões de acordo com a cláusula 140.ª do ACT. No entanto, não são consideradas as responsabilidades com os colaboradores que saíram, mas é considerado o tempo total de Banca para todos os actuais activos.

Pressupostos utilizados

O método utilizado para apuramento das responsabilidades bem como para a determinação do custo do ano foi o recomendado pela Normas Internacionais de Contabilidade – o Unit Credit Projected.

Já para o benefício de sobrevivência imediata foi utilizado o método dos prémios únicos sucessivos, cujo financiamento é feito através de um seguro de vida.

«Tratando-se de um fundo sujeito às exigências estabelecidas pelo Banco de

Portugal, o cenário mínimo de solvência coincide com o cenário de financiamento.»

Os pressupostos utilizados para avaliar as responsabilidades são os recomendados pelas entidades reguladoras bem como pelas normas internacionais de contabilidades existentes para este fim (IAS 19).

Relativamente a 2008 houve uma alteração no pressuposto relativo à taxa de desconto, que passou de 5,5% para 5,25%: «A razão apontada pelo actuário responsável para esta alteração foi a aplicação das normas internacionais de contabilidade. A taxa de 5,25% corresponde às obrigações de dívida privada com qualidade de crédito “AA” e maturidades próximas das maturidades dos passivos. Também ocorreu uma diminuição na taxa de crescimento das pensões que passou de 2,5% para 1,75%.»

Adequação dos activos às responsabilidades

Analisando a composição da carteira de activos financeiros no final de 2009, os consultores da Febase consideram que «a política de investimentos pode ser considerada ajustada ao risco do Fundo, tendo em conta a idade média dos participantes (40 anos)».

Criticando embora o facto de no relatório não ser indicada a taxa de rendimento obtida em 2009, os especialistas do CIEF adiantam que o valor indicado como retorno real dos activos, negativo em 12.699 mil euros, «permite concluir uma taxa anual negativa de rentabilidade, consequentemente mais baixa do que a taxa de 5,25% utilizada para o cálculo das responsabilidades».

Ou seja, o aumento de liquidez pode ser justificado «como refúgio para minimizar eventuais perdas e esperar oportunidades no exercício de 2010, também pela entrada da contribuição no valor de 70.000.000 euros no final do ano, que segundo o actuário será reinvestido nos primeiros dias do ano de 2010, e ainda para fazer face às necessidades de liquidez decorrentes das responsabilidades para com os pensionistas (80.946 mil euros de pensões pagas)».

Assim, e apesar de a rentabilidade da carteira neste exercício ter sido negativa, os consultores da Febase não vêem razão para pôr em causa o ALM proposto pelo actuário responsável, uma vez que se trata de resultados de curto prazo, «logo possíveis de recuperar».

Por fim, refira-se ainda a adopção de um “Benchmark” estratégico, definido de acordo com o perfil de risco do Associado. «São estimadas medidas de risco Activo-Passivo e efectuado o Stress test, consi-

Pensionistas				
	N.º	Idade média	Pensão média anual (€)	Total pensões anuais (mil euros)
Velhice	2.630	71,5	16.557	43.545
Invalidez	1.434	58,4	15.067	21.606
Viuvez	789	70,0	8.026	6.332
Orfandade	90	22	4.250	383
Pré-Reforma	-	-	-	-
Total	4.943	66,55	14.539	71.866

Reformas antecipadas				
	N.º	Idade média	Pensão média anual (€)	Total pensões anual (€)
Total	1.366	58,6	14.651	20.014

Activos					
	N.º	Idade média	Antiguidade média	Salário médio anual (€)	Total pensões anuais (mil euros)
Idades < 65 anos	5.547	40,53	15,72	30.718	170.396
Idades >= 65 anos	1	65	30,5	21.062	21
Participantes c/ direitos adquiridos	-	-	-	-	-
Total	5.548	40,53	15,72	30.717	170.417

Responsabilidades do Fundo			Unidade: mil euros
	Responsabilidades	%	
Activos	290.321	21,8	
Pensionistas	1.041.236	78,2	
Total	1.331.557	100,0	

Composição da carteira de títulos				
títulos	2009	%	2008	%
Dívida privada	797.749.267	58,5	777.464.518	56,6
Acções	9.277.100	0,7	152.368	0,0
Imóveis	87.754.722	6,4	87.754.721	6,4
Fundos de Investimento Imobiliário	238.881.037	17,5	234.283.025	17,1
Fundos de Investimento Mobiliário	74.390.526	5,5	198.191.290	14,4
Outros depósitos	25.961.140	1,9	-427.490	0,0
Liquidez	130.024.644	9,5	75.115.757	5,5
Total	1.364.038.436	100,0%	1.372.534.189	100,0%

derando vários cenários de risco, entre os quais variações na inflação.»

«A análise de solvência prevê alguns cenários tendo em conta o pagamento de contribuições esperadas através do mé-

todo utilizado e também prevendo contribuições extraordinárias, de modo a garantir a total cobertura das responsabilidades estimadas no longo prazo», conclui a análise do CIEF. ■



# Febase participa no Congresso dos bancários de Moçambique

TEXTO: INÉS F. NETO

A delegação portuguesa, recebida com muito entusiasmo pelos congéneres moçambicanos, destaca o aceso debate de ideias e o respeito mútuo demonstrado pelos congressistas no decorrer dos trabalhos

O V Congresso do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários de Moçambique (SNEB) realizou-se nos dias 2 a 4 de Dezembro passado, na Cidade de Maputo.

A reunião magna do SNEB contou com a presença de delegações internacionais e nacionais, entre as quais se destaca a de Portugal, que foi constituída por dirigentes dos Sindicatos dos Bancários que integram a Febase: Viriato



A delegação portuguesa ao Congresso

Baptista, Vice-Presidente da Direcção do SBSI; Aníbal Ribeiro, Vice-Presidente da Direcção do Sindicato do Centro; Isabel Velada e Joaquim Machado, da Direcção e da Mesa da Assembleia-Geral do Sindicato do Norte, respectivamente. Os elementos portugueses realçaram "a forma amigável e calorosa" como a delegação foi recebida.

Na sessão de abertura, o Secretário-geral do SNEB, Rolando Lopes Armando Ngulube, deu um grande destaque à delegação portuguesa e criou condições para que cada Sindicato pudesse dirigir uma saudação aos congressistas. Todas as saudações foram fortemente aplaudidas.

Refira-se ainda a participação de uma delegação da África do Sul, representada pelo coordenador regional do SASK.

Entre as delegações nacionais que marcaram presença no evento, refira-se também as dos Presidente e Vice-Presidente da OTM, bem como de Secretários-gerais de diversos sindicatos.

Do lado dos empregadores, mereceu destaque a presença do Presidente da Comissão Executiva do BCI.

## Agenda bem preenchida

Da Ordem de Trabalhos do Congresso constava o balanço das actividades desenvolvidas durante o último mandato, feito através da apresentação dos relatórios do Conselho Nacional e do Conselho Fiscal; a aprovação da proposta de adenda aos Estatutos; o estudo das teses e Plano Estratégico para o Quinquénio 2011 - 2015; a aprovação de Moções e Condecorações

e, por último, a eleição dos novos Corpos Directivos.

Os trabalhos decorreram num clima de muita festa, cor e alegria e as intervenções, todas elas, pautaram-se por um grande nível e de respeito mútuo, sem que isso impedisse os congressistas de manifestarem as suas opiniões relativamente às matérias em discussão.

Todos os documentos apresentados pelo Secretariado e pelo Conselho Nacional foram aprovados por esmagadora maioria.

## Reconhecimento valeu condecoração

Os delegados presentes ao V Congresso do SNEB aproveitaram esta Assembleia Magna para condecorarem a Dr.ª Maria Helena José Ferro como Secretária-geral honorária do SNEB, o que foi assumido como uma prova de reconhecimento do trabalho realizado em prol do SNEB durante os 12 anos em que exerceu as funções de Secretária-geral daquele Sindicato.

Rolando Lopes Armando Ngulube foi novamente reeleito Secretário-geral do Sindicato, por 54 votos a favor e sem nenhum voto contra entre os 60 delegados presentes no Congresso.

A delegação portuguesa teve ainda a oportunidade de assistir à III Conferência Nacional do GRAM, igualmente realizada em Maputo, onde Lira Tembe foi eleita como coordenadora nacional.

Os Sindicatos do Centro, do Norte e do Sul e Ilhas aproveitam esta oportunidade para agradecer ao Secretário-geral do SNEB e ao Vice-Presidente da OTM, Amós Matsinhe, todo o apoio dado à delegação portuguesa. ■

Rolando Ngulube, Secretário-geral do SNEB, na abertura do Congresso



Folclore moçambicano também esteve no Congresso



## FOTO FEBASE 2011

Inicia já em **Fevereiro**, o 1.º concurso fotográfico que abrange todos os sindicatos da FEBASE.

**Fique atento!** Brevemente daremos mais informações.

CONCURSO **FOTO STAS SBSI 2010**

## Terminou o FOTO STAS/SBSI 2010

Os vencedores do concurso serão conhecidos brevemente, numa cerimónia de entrega de prémios, em data e local a designar.

Daremos mais informações dentro em breve.

A Equipa FOTO STAS/SBSI



## Integração na Segurança Social

## Decreto-lei já está publicado

O decreto-lei que regula a integração dos bancários no activo, inscritos na CAFEB e admitidos antes de 3 de Março de 2009, no regime geral da Segurança Social está em vigor desde o primeiro dia do novo ano. O diploma resulta do acordo tripartido subscrito pela Fabase, APB e Governo em 20 de Outubro de 2010

O Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de Janeiro, regula a integração no regime geral da Segurança Social dos bancários no activo, inscritos na CAFEB e admitidos antes de 3 de Março de 2009.

É o culminar do processo negocial tripartido entre Governo, Banca e Fabase, e oficializa o acordo alcançado pelas partes e as sugestões entretanto apresentadas ao projecto de diploma.

A revista Fabase publica, na íntegra, o Decreto-Lei.

MINISTÉRIO DO TRABALHO  
E DA SOLIDARIEDADE SOCIALDecreto-Lei n.º 1-A/2011  
de 3 de Janeiro

O Decreto-Lei n.º 54/2009, de 2 de Março, determinou a inscrição dos novos trabalhadores bancários no regime geral de Segurança Social, dando um passo decisivo na concretização da integração no sistema previdencial dos grupos socioprofissionais parcialmente abrangidos pelo sistema de segurança social.

O presente decreto-lei vem aprofundar o processo de integração dos trabalhadores do sector bancário no regime geral de Segurança Social, concretizando o acordo celebrado entre o Governo, através do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos, em representação das Instituições de crédito, e a FEBASE - Federação do Sector Financeiro, a 20 de Outubro de 2010.

Assim, o presente decreto-lei estabelece que os trabalhadores bancários, actualmente abrangidos pela Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB), passam a estar abrangidos pelo regime geral de Segurança Social para efeitos de protecção nas

eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e na velhice.

O regime substitutivo de protecção social previsto nos instrumentos de regulação colectiva de trabalho aplicáveis no sector bancário continua a desempenhar um papel extremamente relevante na protecção social dos trabalhadores para efeitos de protecção nas eventualidades de doença, invalidez, sobrevivência e morte. Assim, mantêm-se as regras constantes dos instrumentos de regulação colectiva de trabalho aplicáveis no sector bancário de forma complementar ao regime geral de Segurança Social nas eventualidades ainda não integradas.

Na sequência da integração agora operada dos trabalhadores do sector no regime geral de Segurança Social dos trabalhadores por conta de outrem, e no cumprimento do n.º 3 do Artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 211/2006, de 27 de Outubro, procede-se à extinção da CAFEB.

Foram ouvidas as estruturas patronais e sindicais representativas do sector. Assim:

No desenvolvimento da Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro, do Artigo 3.º-A da Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, alterada pela Lei n.º 119/2009, de 30 de Dezembro, e pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2011, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I  
Disposição geralArtigo 1.º  
Objecto

1 - O presente decreto-lei regula a integração no regime geral de Segurança Social (regime geral) dos trabalhadores bancários e outros trabalhadores no activo (trabalhadores bancários) abrangidos por regime de segurança social substitutivo constante de instru-

## Lei n.º 119/2009

Altera a data de entrada em vigor do Código Contributivo para 1 de Janeiro de 2011.

mento de regulamentação colectiva de trabalho vigente no sector bancário (IRCT vigente no sector).

2 - O presente decreto-lei procede ainda à extinção da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB).

CAPÍTULO II  
Integração dos trabalhadores  
no regime geralArtigo 2.º  
Âmbito pessoal

Integram o âmbito pessoal deste decreto-lei, os trabalhadores bancários e outros trabalhadores no activo abrangidos por regime de segurança social substitutivo constante de IRCT vigente no sector que, à data da sua entrada em vigor, se encontrem no activo e sejam beneficiários da CAFEB.

Artigo 3.º  
Integração no regime geral  
da Segurança Social

1 - Os trabalhadores bancários a que se refere o Artigo anterior passam a estar protegidos pelo regime geral nas seguintes eventualidades:

a) Maternidade, paternidade e adopção;

b) Velhice.

2 - Os trabalhadores bancários mantêm a protecção garantida pelo regime geral nas seguintes eventualidades:

a) Desemprego;

b) Doenças profissionais.

Artigo 4.º  
Obrigações contributivas

As taxas contributivas são as fixadas no Artigo 3.º-A da Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, alterada pela Lei n.º 119/2009, de 30 de Dezembro, e pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2011.

Artigo 5.º  
Equivalência à entrada de  
contribuições

1 - Os períodos de doença que determinem o pagamento de prestações ou de compensações remuneratórias, no âmbito de regime de segurança social substitutivo constantes de IRCT vigente no sector, dão lugar ao registo de remunerações no regime geral.

## Artigo 7.º

Aditamento à Lei n.º 110/2009,  
de 16 de Setembro

1 - É aditado à Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, alterada pela Lei n.º 119/2009, de 30 de Dezembro, o Artigo 3.º-A, com a seguinte redacção:

"Artigo 3.º - A

Trabalhadores bancários a integrar no regime geral de segurança social

1 - Os trabalhadores bancários no activo, inscritos na Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários e abrangidos por regime de segurança social substitutivo constante de instrumento de regulamentação colectiva de trabalho vigente no sector bancário são integrados no regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem para efeitos de protecção na parentalidade, no âmbito das eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e na velhice.

2 - Os trabalhadores referidos no número anterior mantêm a protecção do regime de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem nas eventualidades de doença profissional e desemprego.

3 - A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% ao trabalhador, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

4 - No caso de entidades sem fins lucrativos a taxa contributiva é de 25,4%, cabendo 22,4% à entidade empregadora e 3% ao trabalhador."

2 - O registo de remunerações a que se refere o número anterior efectua-se por equivalência à entrada de contribuições e de quotizações, pelo valor da remuneração de referência que serviria de base ao cálculo do subsídio de doença no âmbito do regime geral.

Artigo 6.º  
Totalização de períodos contributivos  
para efeitos de protecção  
na eventualidade de velhice

1 - Para efeitos de preenchimento do prazo de garantia são relevantes os períodos contributivos registados no regime de segurança social substitutivo constante de IRCT vigente no sector, na parte em que não se sobreponham aos do regime geral.

2 - Os anos civis com registo de remunerações no âmbito do regime de segurança social substitutivo constantes de IRCT vigente no sector relevam para efeitos do cumprimento das condições de

acesso à pensão de velhice antecipada ou bonificada, atribuída ao abrigo do regime de flexibilização da idade de pensão e do regime de antecipação nas situações de desemprego involuntário de longa duração, assim como para determinar o factor de redução ou de bonificação correspondente ao cálculo da carreira contributiva.

## Artigo 7.º

## Remuneração de referência

1 - Nas situações em que seja efectuada a totalização para efeitos de prazo de garantia, previstos no n.º 1 do Artigo anterior, são também relevantes para o apuramento da remuneração de referência a ter em conta no cálculo da pensão de velhice a atribuir pelo regime geral as remunerações registadas em nome dos trabalhadores na CAFEB relativas a períodos anteriores à entrada em vigor do presente decreto-lei, revalorizadas nos termos previstos no regime jurídico das pensões do regime geral.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, apenas são consideradas as últimas remunerações anuais registadas, necessárias para completar o preenchimento do prazo de garantia.

## Artigo 8.º

Totalização de períodos contributivos  
para efeitos de protecção  
na eventualidade de maternidade,  
paternidade e adopção

1 - Nas situações em que ocorra a eventualidade de maternidade, paternidade e adopção, o período de trabalho prestado, ou equivalente, imediatamente anterior ao início de vigência deste decreto-lei, é considerado para efeitos do cumprimento do prazo de garantia, e para atribuição dos subsídios de parentalidade.

2 - A remuneração total relevante, para efeitos de apuramento da remuneração de referência, é completada com o valor das remunerações registadas em nome dos trabalhadores na CAFEB relativas a períodos anteriores ao início de vigência deste decreto-lei, sempre que as remunerações registadas no regime geral após a entrada em vigor deste decreto-lei não sejam suficientes.

3 - A concessão das prestações referidas no n.º 1 é garantida de forma imediata aos respectivos beneficiários, ficando as respectivas entidades empregadoras responsabilizadas perante os serviços competentes da Segurança Social pelo pagamento retroactivo das contribuições correspondentes ao número de meses contabilizados, anteriores ao início de vigência do presente decreto-lei.

4 - Nas situações em que a transição de regime de protecção social ocorra durante o período em que se encontre a ser concedida protecção na eventualidade de maternidade, paternidade e adopção, o direito à pro-

tecção social mantém-se nos termos do regime aplicável à data em que se verificou a transição, devendo a entidade empregadora proceder aos respectivos pagamentos.

5 - Os períodos pagos pela entidade empregadora a que se refere o número anterior são considerados como equivalentes à entrada de contribuições e quotizações para os efeitos previstos nos n.ºs 1 a 3.

CAPÍTULO III  
Caixa de Abono de Família  
dos Empregados Bancários

## Artigo 9.º

## Extinção da CAFEB

1 - A CAFEB, anteriormente denominada Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários do Continente Português, constituída nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 32 192, de 13 de Agosto de 1942, regendo-se actualmente pelo regulamento aprovado por alvará de 25 de Novembro de 1942, publicado no *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano IX, n.º 23, de 15 de Dezembro de 1942, é extinta por integração no Instituto da Segurança Social (ISS, I.P.), que lhe sucede nas atribuições, direitos e obrigações.

2 - O processo de extinção é regulamentado por instrumento normativo adequado.

CAPÍTULO IV  
Disposições finais

## Artigo 10.º

## Regime subsidiário

Em tudo quanto não esteja especialmente regulado no presente decreto-lei é subsidiariamente aplicável o regime geral das obrigações contributivas e das eventualidades referidas no Artigo 3.º.

## Artigo 11.º

## Aplicação no tempo

1 - A protecção na eventualidade de maternidade, paternidade e adopção pelo regime geral só se verifica relativamente aos factos determinantes da protecção que ocorram após a entrada em vigor do presente decreto-lei.

2 - O presente decreto-lei produz efeitos a 1 de Janeiro de 2011.

## Artigo 12.º

## Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor no dia seguinte à sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 9 de Dezembro de 2010. – José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa – Emanuel Augusto dos Santos – Bernardo Luís Amador Trindade – Valter Victorino Lemos.

Promulgado em 29 de Dezembro de 2010.

## Squash

# José Fernandes repete título nacional

José Fernandes, do BCP, foi o vencedor da quarta edição do campeonato nacional interbancário de squash, repetindo assim o título por ele conquistado no ano passado, na Curia

A final nacional teve lugar em 6 e 7 de Novembro, nas instalações do Estádio do Dragão, no Porto, e nela participaram os oito apurados, cinco do Sul e Ilhas e três do Norte. E, pela primeira vez, a prova contou com um participante ido da Madeira, Flávio Belim, do Banif.

A derradeira etapa da competição foi muito disputada, com alguns duelos a necessitarem da realização de um quinto jogo, para o apuramento do vencedor. Não foi o caso do jogo para apura-



mento do campeão, pois José Fernandes, do BCP, acabou por se superiorizar a Miguel Esteveira, seu companheiro na mesma Instituição, tal como já havia acontecido na edição anterior.

No jogo para apuramento do terceiro e quarto classificados, o triunfo veio a pertencer a André Noronha, da CGD, que

bateu Jorge Conceição, do Finbanco.

Nos lugares imediatos da classificação ficaram Jorge Moinho, do BPI, Paulo Freire, do BCP, Flávio Belim, do Banif, e Joaquim Castro, do BES.

Os representantes do SBN obtiveram o quarto, o quinto e o oitavo lugares da classificação. ■

## Xadrez

# Manuel Almeida é novo campeão nacional

A 25.ª edição do torneio nacional interbancário de xadrez chegou ao fim, com a vitória de Manuel Almeida, do BES de Lisboa, que assim sucede a Daniel Silva, o vencedor das duas edições anteriores, na galeria dos campeões



A final nacional teve lugar numa unidade hoteleira do Porto, em 31 de Outubro e 1 de Novembro, com a presença de 18 dos vinte xadrezistas apurados, sendo onze os representantes do Sul e Ilhas, seis do Norte e um do Centro.

Manuel Almeida voltou a conseguir os cinco pontos que, na edição anterior, lhe haviam valido o segundo lugar. Mas, desta vez, libertou-se da concorrência do anterior campeão, Daniel Silva, que este-

ve menos inspirado e se quedou numa modesta décima posição na tabela.

Recorde-se que Manuel Almeida repete agora o título de campeão bancário de xadrez, que já havia conseguido, com igual brilhantismo, em 2001, 2003 e 2005. E iguala, na galeria dos campeões, os quatro títulos nacionais conquistados por João Pacheco, do BCP de Faro, e Rui Silva Pereira, da CGD de Lisboa, ficando a um título do "campeão dos campeões", José Leal Costa, do extinto BFE de Lisboa,

que chamou a si cinco títulos consecutivos, entre 1990 e 1994.

Esta foi a classificação dos dez primeiros:

1.º Manuel Almeida (SBSI), 5 pontos; 2.º Micael Santos (SBSI), 4,5; 3.º Mário Machado (SBN), 4,5; 4.º João Carlos Pacheco (SBSI), 4; 5.º Joaquim Pinho (SBN), 4; 6.º João Manuel Ferreira (SBSI), 3,5; 7.º Carlos Alberto Andrade (SBSI), 3,5; 8.º Bruno Jivan (SBSI), 3; 9.º Fernando Leitão (SBN), 3; 10.º Daniel Silva (SBC), 3. ■

## Golfe

# Chuva intensa dificultou final nacional

Pedro Taborda, do Banco Popular, e António Mariquito, da CCAM, foram os vencedores da final da 7.ª edição do torneio nacional de golfe, que teve lugar no Vale Pisão, nos arredores do Porto, em 31 de Outubro. Mas as suas vitórias foram muito dificultadas pela chuva intensa que caiu durante a competição



De facto, as más condições climáticas, com muito vento e chuva, tornando o terreno muito difícil para a prática da modalidade, obrigou os golfistas a um esforço suplementar, só superado pela vontade de competir e de lograr a melhor classificação.

Participaram nesta final nacional 24 dos 29 praticantes inscritos: 21 do Sul e Ilhas, cinco do Norte e três do Centro. E as vitórias acabariam por sorrir a dois representantes do Sul e Ilhas, embora na edição deste ano tivesse havido mais equilíbrio entre os participantes dos três Sindicatos.

Em "gross", a vitória coube a Pedro Taborda, do Banco Popular, que já havia ganhado a edição de 2008 e que sucede a Carlos Ribeiro na lista dos campeões desta vertente do golfe, enquanto, no "net", a vitória foi de António Mariquito, da CCAM-Lisboa, que havia sido segundo na edição do ano passado, logo após Carlos Ribeiro. Estas foram as classificações dos dez primeiros:

"Gross" – 1.º Pedro Taborda (SBSI), 21 pontos; 2.º João Castro Sá (SBSI), 20; 3.º José Rocha Mendes (SBSI), 20; 4.º Miguel Silva (SBN), 15; 5.º Noé

Fontes (SBSI), 14; 6.º António Alves Ferreira (SBN), 13; 7.º Vasco Valente (SBN), 11; 8.º José Manuel Fernandes (SBSI), 10; 9.º Luís Valença (SBSI), 10; 10.º Fernando Veiga da Costa (SBSI), 10.

"Net" – 1.º António Mariquito (SBSI), 31 pontos; 2.º João Castro Sá (SBSI), 30; 3.º João Poeira Oliveira (SBSI), 30; 4.º Luís Valença (SBSI), 30; 5.º António Alves Ferreira (SBN), 29; 6.º Pedro Taborda (SBSI), 29; 7.º Miguel Silva (SBN), 28; 8.º Vasco Valente (SBN), 27; 9.º José Rocha Mendes (SBSI), 27; 10.º Noé Fontes (SBSI), 26. ■

## King

# Caetano Moço ganha no Porto

A terceira edição do campeonato nacional interbancário de king foi ganha por Caetano Moço, da Unicre de Lisboa, que não teve concorrência na final nacional, que teve lugar numa unidade hoteleira do Porto, em 6 e 7 de Novembro

edição anterior, se havia quedado pelo sétimo lugar, bem longe do vencedor de então, António Rafael.

Registe-se ainda que esta final nacional contou com a presença feminina de Eduarda Soares, uma das representantes do SBC, que obteve o 11.º lugar e deu, desde já, garantias de tentar fazer bem melhor na próxima edição do campeonato.

A terminar, aqui ficam as classificações finais:

1.º Caetano Moço (SBSI), 940 pontos; 2.º António Moço (SBSI), 750; 3.º Alfredo Córias (SBSI), 500; 4.º Sérgio Miranda (SBN), 415; 5.º António Oliveira (SBC), 205; 6.º Delfim Guedes (SBN), -5; 7.º Valdemar Gaspar (SBN), -15; 8.º António Luís Vieira (SBSI), -105; 9.º João José



Os três primeiros

Cordeiro (SBSI), -210; 10.º José Martins (SBN), -240; 11.º Eduarda Soares (SBC), -655; 12.º Francisco Noronha (SBSI), -1580. ■





## Sete grandes viagens projectadas para 2011

TEXTO: RUI SANTOS

O Pelouro dos Tempos Livres do SBSI acaba de divulgar o seu plano de grandes viagens para o ano que há pouco começou e que, posteriormente, merecerão mais amplo desenvolvimento, nas páginas da revista de férias e de lazer, que será distribuída aos associados no final de Janeiro.

Agora, e para que os leitores possam, desde já, começar a planejar as suas férias de 2011, aqui deixamos algumas referências a esse vasto programa de viagens, agora também acessível aos associados dos outros Sindicatos filiados na Febase e seus familiares.

O programa de viagens estende-se de Junho a Novembro e tem a Grécia como primeiro destino. Entre 5 e 13 de Junho, os participantes poderão visitar Atenas, o cabo

Saunion, o canal de Corinto, Epidauro, Olímpia, Delfos, Kalambaka, Meteora, Termopilas e um cruzeiro no golfo Sarónico, com visita às ilhas de Aegina, Poros e Hydra. O preço desta viagem é de €1535, em quarto duplo e em regime de pensão completa.

Depois, em Julho, decorrerão as viagens à Irlanda e à Europa Central, com a primeira, entre os dias 2 e 10, a ter como principais pólos de interesse as visitas a Dublin, Galway, Killarney e Cork, cidades de paragem obrigatória para dormida, mas com visita aos principais pontos turísticos daquele belo país, que será percorrido de norte a sul e de leste a oeste, antes do jantar de despedida, com espectáculo de música e danças irlandesas. O preço da viagem é de €1795.

A outra viagem, entre os dias 15 e 23, começa na República Checa e termina na Hungria, com uma interessante incursão à Eslováquia, um estado que também pertenceu à extinta Checoslováquia.

As capitais destes países – Praga, Bratislava e Budapeste – são os fulcros principais desta viagem, mas outras cidades serão visitadas, nomeadamente Karlov Vary, Cesky Sternberck, Brno, Szentendre e Visegrad. E na última noite, nas águas do Rio Danúbio, que banha a capital magiar, terá lugar um mini-cruzeiro, com jantar e espectáculo de folclore local, sendo o preço da viagem €1580.

Já no fim do Verão, terá lugar a viagem ao Canadá. Entre 26 de Agosto e 11 de Setembro, aquele país da América do Norte será visitado de costa a costa, com as visitas principais a Montreal, Québec, Ottawa, Toronto, Calgary, Banff, Jasper, Kamloops, Victoria e Vancouver. Mas também inclui visitas às Mil Ilhas, cataratas do Niagara, Lake Louise, Columbia Icefields e um cruzeiro na baía de Toronto. O preço é

de €4855, incluindo o voo entre Toronto e Calgary e duas viagens marítimas.

Já em Outubro, a partir do dia 20, terá lugar uma viagem de 17 dias ao Chile e Ilha de Páscoa, com o preço de €5845 e visitas principais a Santiago do Chile, São Pedro de Atacama, Punta Arenas e Puerto Natales mas, igualmente, a Viña Concha y Toro, Akahanga, Rano Raraku, Rano Kau, Ahu Akivi, glaciares Serrano e Balmaceda, parque nacional Torres del Paine, e às estâncias balneares de Viña del Mar e Valparaíso.

Um destino exótico, a antiga Birmânia e hoje Myanmar, será objecto de uma sexta viagem, entre 22 de Outubro e 3 de Novembro. Durante onze dias, os participantes terão oportunidade de conhecer os principais pontos turísticos do país, desde Rangon a Bagan, passando por Inle Lake, Mandalay e Monywa, mas também por Heho, Ava, Sagaing, Amarapura, grutas Montes Po Win Daung, Pakkoku e Monte Popa. O preço é de €2925 e inclui a ligação aérea entre Heho e Mandalay.

A última viagem – mas não menos apetecível – de 5 a 19 de Novembro, terá como destino a exuberante ilha de Cuba, sendo percorrido todo o país, desde a capital, na ponta norte, até Santiago de Cuba, no sul, mas com outras visitas de grande interesse, a Guamá, Cienfuegos, Santa Clara, Trinidad, Sancti Spiritus, Camaguey, Santa Lúcia, Bayamo, Pinar del Rio e Vale de Viñales. O preço é de €2435 e inclui a ligação aérea entre Santiago de Cuba e Havana, bem como o espectáculo de despedida, no Tropicana.

Estes preços e datas estão ainda sujeitos a confirmação e referem-se a alojamento em quarto duplo e em regime de pensão completa, sem bebidas, com ligeiras excepções, quanto ao número de almoços incluídos, nas viagens à Grécia, Chile e Cuba. ■

## Congresso Mundial da UNI – Mulheres

# Prioridade à luta contra a violência de género

TEXTO: RUI SANTOS

Conforme referimos no número anterior, a 3.ª Conferência Mundial UNI - Mulheres reuniu mais de 550 sindicalistas em Nagasaki, em 6 e 7 de Novembro, sob o lema “Rompendo barreira juntos”. As participantes, dirigentes de duas centenas de organizações sindicais de todo o Mundo, entre elas Paula Viseu, dos Corpos Gerentes do SBSI, debateram alguns dos temas mais candentes para as trabalhadoras: o impacto da crise financeira, a violência de género e a participação das mulheres no movimento sindical

Durante o Congresso, foram debatidas e aprovadas quatro moções, todas por unanimidade e que aqui se sintetizam:

- «Rompendo barreiras sobre a representação das mulheres» – foram apresentadas e identificadas as prioridades e os objectivos que constituem a base de acção estratégica da UNI sobre a igualdade de oportunidades para os próximos quatro anos;

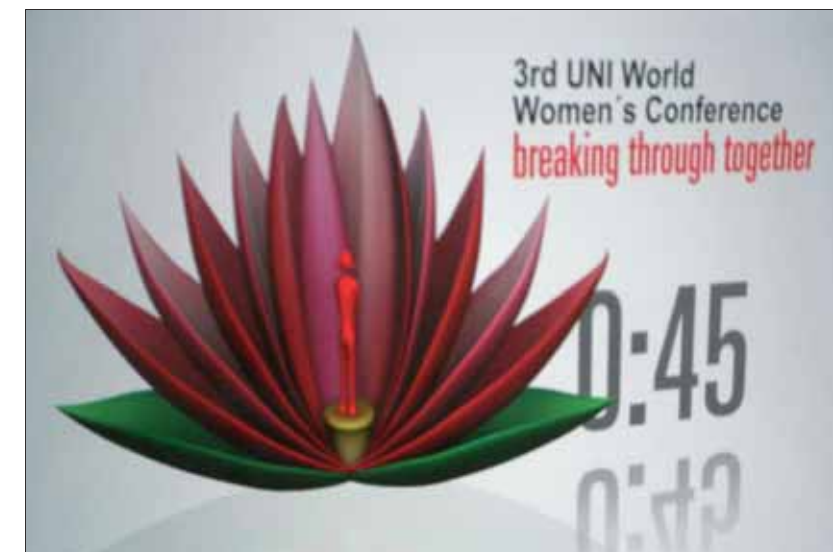
- «O impacto da crise financeira mundial nas Mulheres» – foi feito um relatório da crise, causas e consequências, onde as Mulheres não se reviram, já que todo o caos financeiro não foi provocado pelas Mulheres, pois elas não estão nos lugares de decisão mundiais. Nessa moção, a UNI compromete-se a:

a) Envolver-se nos processos de reforma e regularização do sistema financeiro;

b) Participar e intensificar as campanhas para a ratificação e implementação das Convenções da OIT;

c) Lutar, a todos os níveis, contra o uso do emprego feminino como «ferramenta de ajuste económico»;

d) Promover, através da negociação colectiva, disposições que melhorem a ca-



pacidade de inserção laboral das mulheres e a sua capacidade de voltar ao trabalho;

- «O uso da Mulher como arma de guerra» – quando se fala de destruição e crueldade da guerra há um ponto que parece ficar em segundo plano: fala-se de número de mortos, de prisioneiros, de barcos, aviões e tanques destruídos, mas o que sucede às mulheres em tempo de guerra? Muitas vezes tentam-se atenuantes para as atrocidades cometidas contra as mulheres. No final da guerra não há juízo, castigos, responsáveis, não há remorsos. Assume-se que essas atrocidades são inevitáveis;

- «A migração e o tráfico de Mulheres» – o mercado laboral, sob a globalização, incrementou a mobilidade de trabalhadores nos seus limites nacionais. Tanto os países de origem dos trabalhadores migrantes como os países receptores têm beneficiado economicamente dessa mobilidade: os primeiros em termos de verbas entradas e redução do desemprego e os segundos pela mão-de-obra manual e intelectual, por vezes não regulamentada. Muitos trabalhadores estão sujeitos às várias formas de discriminação e exploração.

Na moção aprovada, todos os filiados da UNI se comprometem a exercer pressão sobre os seus governos para:

a) Ratificar as convenções internacionais do trabalho sobre a protecção de trabalhadores migrantes e vítimas de tráfico de pessoas e emendar ou alterar leis e regulamentos laborais discriminatórios, em particular a Convenção das

Nações Unidas sobre os direitos dos trabalhadores migrantes e suas famílias e, também, o Protocolo Complementar das Nações Unidas para prevenir, reprimir e sancionar o tráfico de pessoas;

b) Negociar acordos bilaterais entre países de origem e de destino, baseados nas directivas internacionais do trabalho, contendo informação e condições sobre os sectores de trabalho;

c) Estabelecer políticas migratórias claramente diferenciadas por género e assegurar a implementação dessas práticas, já que há uma tendência da feminização da migração;

d) Tipificar como delito o tráfico e a exploração de mulheres e crianças, penalizando o agressor, e declarar culpados de assédio sexual pais e pessoas tutelares de mulheres e crianças;

e) Lutar eficazmente contra a exploração sexual de mulheres nos países acolhedores e convencer os países para a protecção das vítimas que denunciam os seus exploradores;

f) Proibir toda a forma de exploração sexual. Os países mais avançados recebem mão-de-obra sexual gerida por máfias organizadas, pelo que são necessárias campanhas de consciência entre o género masculino contra a utilização da prostituição.

O Congresso terminou com uma ideia base e comum: “só conseguiremos um Mundo com mais igualdade e mais justo se trabalharmos juntos para esse objectivo comum”. ■







#### Metodologia

Exercícios práticos de gestão do tempo aplicados em contexto outdoor.  
Actividades de Teambuilding conduzidas quer em sala, quer ao ar livre.  
Sessões práticas de aplicação de técnicas de gestão do tempo, conduzidas quer em sala, quer ao ar livre.

#### Justificativa da Actividade

Vivemos numa era de múltiplas solicitações pessoais, sociais e profissionais.  
O envolvimento exigido é total e, ao fim de cada dia, somos invadidos pela sensação de que 24 horas por dia não são suficientes para todas as tarefas que queremos realizar.  
As consequências desta combinação – exigências a mais e tempo a menos – são previsíveis e desagradáveis.  
O stress, a baixa produtividade e uma sensação permanente de não se estar a aproveitar a vida na sua plenitude...  
Na Academia do tempo, irá conhecer e trabalhar com um método de gestão do tempo inovador, moderno, simples e de fácil aplicação. Aplicará técnicas que constituem uma forma prática de conseguir mais tempo para as coisas que são verdadeiramente importantes para si.

#### Inscrições:

Participantes: sócios com menos de 35 anos | Preço: € 30 | Data limite: 11 de Fevereiro de 2011

Inscrições limitadas e por ordem de entrada | Para mais informações contacte 21 321 60 72

**SBSI** Comissão de Juventude  
e-mail: [juventude@sbsi.pt](mailto:juventude@sbsi.pt)



## Conselho Geral aprova Programa e Orçamento e delega poderes negociais na Febase

TEXTO: FRANCISCO OLIVEIRA

O Conselho Geral do SBN aprovou, no passado dia 28 de Dezembro, o Programa de Acção e o Orçamento para 2011, apresentados pela Direcção. Por outro lado, aprovou, apenas com três abstenções e doze votos contra, uma proposta da Direcção, delegando poderes na Federação do Sector Financeiro (Febase) para as negociações das revisões dos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho existentes no sector, para 2011

para além da questão financeira, incute em todos os intervenientes um espírito de rigor e de transparência nas acções, "permitindo prestigiar ainda mais a Instituição de que todos fazemos parte".

A maior prioridade apontada pelo documento é a actividade sindical, razão pela qual "fomentaremos, cada vez mais, uma acção de proximidade junto dos associados". ▶

Nas bases gerais e no programa da actividade sindical para 2011, a Direcção enfatiza que não enjeará as responsabilidades de prosseguir com o aprofundamento da melhoria das competências e da modernização do Sindicato, tanto mais perante a actual conjuntura de crise económico-financeira que assola o nosso País. E acrescenta que o seu ânimo é elevado, dado estar em crer que o SBN pode contribuir para o combate às desigualdades sociais impostas aos bancários: "De facto, neste mundo cada vez mais global, em que a justiça social não tem acompanhado o nível de desenvolvimento tecnológico e em que os trabalhadores são, consecutivamente, os mais penalizados, só nos resta desenvolver uma acção cada vez mais reivindicativa".

O Orçamento é, pois, encarado como um instrumento que coloca todos os re-







Textos: **FIRMINO MARQUES**

## Alguns detalhes dos documentos

Texto: **PEDRO VAZ**

Do Programa de Acção, das bases gerais e do Orçamento para 2011, aprovados pelo Conselho Geral, poderemos ressaltar, entre outros, os seguintes dados:

Este documento prevê um resultado líquido consolidado positivo, de 2,066 M €, para esse exercício, apurado da seguinte forma:

- Actividade sindical: 195.688 € •
- Regime geral: 1.029.500 € •
- Fundo Sindical de Assistência: 749.245 € •
- Loja de óptica: 91.606 € •

Ao nível dos rendimentos, este orçamento prevê um total de 32,093 M € recebidos, a título de quotizações e contribuições (representando 63,63% do total dos rendimentos), 13,683 M € de compensação financeira, a atribuir pela ACSS, pela prestação dos cuidados de saúde aos beneficiários dos SAMS, e 1,033 M € de rendimentos provenientes de serviços clínicos (que incluem os valores resultantes da venda de senhas de consulta, de análises clínicas, de actos médicos internos e de penalizações por falta a consulta, entre outros).

Foram orçamentados 1,066 M € pela prestação de serviços sociais, ou seja, cerca de -23,91% do valor apresentado no orçamento de 2010, na medida em que temos vindo a assistir a uma redução do volume de negócios praticados no âmbito dos tempos livres e lazer (referimo-nos à promoção de férias e à utilização do cartão SBN/GALP).

No que se refere aos gastos, estima-se que estes atinjam os 48,368 M €. Assim, a Direcção prevê despende 34,660 M € em despesas com a atribuição de comparticipações, o que se traduziria num aumento de 2,5%, face aos valores apresentados em 2009, e na medida em que o Conselho de Gerência dos SAMS se propõe introduzir alterações nas tabelas de comparticipação das áreas cujas taxas de cobertura se apresentam mais desajustadas, face à realidade do mercado (designadamente na área da Dentisteria, próteses oculares, diárias de internamento e tratamentos das áreas da Hemodinâmica e Oncologia).

Também no âmbito da despesa com as comparticipações foi destacada a previsão efectuada para a assistência medicamentosa (que aponta para um valor próximo dos 13,932 M €), o que se traduz numa variação de -1,88 %, face ao realizado em 2009.

No decurso da apresentação deste Orçamento, a Direcção aproveitou igualmente para salientar o bom desempenho económico-financeiro previsto para as áreas do regime geral (com um resultado líquido previsional de 1,030 M €), Fundo Sindical de Assistência (0,749 M €) e loja de óptica (0,092 M €).

No que se refere a esta unidade de exploração (a loja de óptica), estimou-se um volume de negócios na ordem dos 949 mil euros para 2011, montante que supera os valores registados nos últimos exercícios.

Por todos estes factos, a Direcção caracterizou o Orçamento aprovado como um documento concebido na base do rigor e da transparência, e que vai seguramente permitir ao SBN alcançar um bom desempenho económico-financeiro, no desenrolar do próximo exercício. ■



► Por outro lado, a evolução da sindicalização requer reformas do sistema de gestão sindical, a fim de ser assegurada a representação, a participação e o envolvimento de todos os membros da estrutura: "Sabemos que todas as reformas requerem a renúncia a determinados comportamentos adquiridos, pelo que a sua implementação se revela, normalmente, difícil e demorada, mas sabemos que é possível ganhar todos para este grande desafio."

Serão também desenvolvidas acções junto dos jovens bancários, fomentando a sua sindicalização e incrementando a sua participação de uma forma mais activa na vida do Sindicato.

### SAMS - Regime geral

No Programa de Acção do Regime geral é sublinhado que o exercício que agora findou vai consolidar a situação financeira dos SAMS, "o que nos permite elaborar o Orçamento para 2011 com segurança, maior abrangência e generosidade, a nível dos benefícios concedidos e dos serviços prestados, não obstante ter-se mantido, em 2010, a progressiva depreciação do real valor das contribuições recebidas – Bancos e bancários – desde 2005, ano da última actualização das taxas contributivas para os SAMS, facto que temos vindo a evidenciar e que constitui um sério motivo para análise e preocupação".

Algumas incógnitas se colocam relativamente a 2011, de difícil equação, por total ausência de intervenção activa por parte dos SAMS, logo da exclusiva responsabilidade e opções de terceiros: "Referimo-nos, concretamente, à evolução do resultado e consequente conveniência

na continuidade do acordo SAMS-ACSS (Ministério da Saúde), bem como o desenvolvimento do processo ADSE que, a confirmar-se a intenção da respectiva tutela, concederá aos seus beneficiários o direito de opção quanto à continuidade no sistema, bem como a possibilidade de renúncia ao mesmo por parte das autarquias, dos organismos públicos com autonomia financeira e das Regiões Autónomas, o que representaria para os SAMS um significativo aumento de despesas.

Entretanto, é encarada com expectativa a opção quanto ao modelo de gestão e ao funcionamento dos postos clínicos: "É nossa firme determinação que, qualquer que seja a solução encontrada, consubstanciará, sem qualquer dúvida, uma efectiva melhoria na assistência aos beneficiários e familiares."

Por seu turno, os serviços serão dotados dos meios informáticos capazes de responder com eficácia para a melhoria da qualidade dos mesmos, para a rapidez de execução e para a disponibilização dos instrumentos de análise e de estatística imprescindíveis a uma gestão competente e rigorosa.

Outra proposta consiste no alargamento da rede convencionada – "já extensa – com critério e rigor e introduzir, casuisticamente, condições que permitam maior comodidade e celeridade na forma de atendimento".

É, por outro lado, intenção proceder a alterações nas tabelas de comparticipações, em áreas cujas taxas de cobertura se apresentem mais desajustadas com a realidade do mercado, com destaque para a dentisteria, próteses oculares, diárias de internamento, e tratamentos das áreas da Hemodinâmica e da Oncologia. ■

## Festas de Natal e de convívio da família bancária



A Direcção do SBN, através do Pelouro dos Órgãos Consultivos, promoveu, em 11 de Dezembro, em Vila Nova de Gaia, um almoço-convívio natalício da família bancária, destinado aos sócios e familiares.

Como é também tradicional, e vocacionadas sobretudo para filhos de associados, com idades até doze anos, o SBN organizou festas de Natal na sede e nas delegações. Refira-se que, este



ano, as festas no Porto, que mais uma vez tiveram como base o circo, concitaram a adesão de um maior número de

delegações, o que permitiu também um aprofundamento dos laços fraternos que unem a família bancária. ■

### Futsal

## "Os Pernetas" vencem torneio de veteranos

"Os Pernetas", de Vila Real, campeões nacionais e regionais em título, venceram o 12.º torneio regional de futsal, em veteranos, no qual participaram cinco equipas, sendo, por isso, o representante do SBN na final nacional de 2011, que terá lugar em Mirandela, nos próximos dias 29 e 30.

Seguiram-se-lhe no pódio, as equipas "CMBCP" e "Os BPIS", respectivamente segunda e terceira classificadas.

Rui Padilha, da equipa vencedora, foi o melhor marcador da prova, com 13 golos, em seis jogos disputados. ■





Textos: SEQUEIRA MENDES

## Unanimidade em Viseu Conselho Geral aprovou os Orçamentos

No âmbito das comemorações dos 75 anos do SBC, teve lugar em Viseu, em 14 de Dezembro, uma sessão do Conselho Geral, que reuniu pela primeira vez naquela cidade, numa unidade hoteleira local. Face ao impedimento do Presidente da MAG/CG, Mário Figueira, foi o mesmo presidido por Amílcar Pires, seu Primeiro-Secretário.

Carlos Silva deu as boas vindas aos presentes e explicou que, por razões de descentralização e ainda no âmbito das comemorações dos 75 anos, se realizou em Viseu este Conselho Geral, bem como anunciou a reunião de Direcção para a Guarda, na semana seguinte.

Vários Conselheiros tomaram a palavra, para se congratularem por esta reunião ter tido lugar em Viseu, nomeadamente Costa Vieira e Victor Sampaio, solicitando, mesmo, que se repita esta ideia de descentralizar as actividades do Sindicato.

Foi aprovado o Orçamento Suplementar da Acção Sindical para 2010, bem



como os do Regime Geral e SAMS – Regime Especial. Quer o Orçamento Suplementar quer os Orçamentos para 2011 foram, pela primeira vez, aprovados por unanimidade, o que diz bem da forma organizada e consensual como as nossas contas sempre foram geridas, sendo de relevar a experiência e

especial competência do responsável pelo sector, Freitas Simões.

Foi ainda decidido, por larga maioria, desistir dos processos judiciais em curso, interpostos individualmente a Osório Gomes e Miguel Peres, bem como o processo respeitante ao pedido de direito de regresso contra Osório Gomes e Teles Grilo, que estão a correr trâmites nos vários tribunais, mandando a Direcção com os poderes necessários para esse fim. Esta iniciativa foi fundamentada numa proposta da Direcção e foi consensual entre os Presidentes dos vários órgãos do SBC.

Também foram eleitos os representantes do Conselho Geral do SBC aos Conselhos Gerais da UGT/Guarda e UGT/Viseu. Esta eleição efectuou-se apenas com uma lista por cada distrito, tendo sido eleitos Rogério Ricardo e António Joaquim, pela Guarda, e Couto Ribeiro e Manuel Carvalho, por Viseu. ■



## Direcção reuniu-se na Guarda

No dia 21 de Dezembro passado teve lugar na cidade da Guarda, a última reunião da Direcção do SBC de 2010, ainda no âmbito das comemorações dos 75 anos do Sindicato dos Bancários do Centro e da sua política de descentralização das actividades. Nesta reunião foram abordadas questões muito importantes, referentes à actividade sindical do SBC e, mais concretamente, foi passada em revista toda a temática da sindicalização, levada a cabo durante o ano.

Foram ainda facultadas informações e decisões tomadas no Secretariado da FEBASE, em 16 de Dezembro, e no Conselho Geral e no Conselho Sectorial da Banca, no dia seguinte.

Nesta reunião foram também designados os representantes do Sindicato dos Bancários do Centro aos Conselhos Gerais das Uniões da UGT/Guarda e UGT/Viseu.

Dado tratar-se duma quadra natalícia, colegas de diversos órgãos afectos ao distrito da Guarda quiseram juntar-se no almoço que se realizou num restaurante desta cidade. ■



## Formação

## Sistema de normalização contabilística nas Caldas da Rainha e Word em Leiria

Textos: VASCO GARCIA

Continuando a sua aposta na formação, o SBC concluiu, nas últimas semanas, mais duas acções, destinadas aos sócios no activo e aos associados e familiares na situação de reforma.

Em relação aos sócios no activo, nas Caldas da Rainha, o curso de sistema de normalização contabilística. Um tema que os formandos sentiam necessidade de aprofundar e que dominam agora melhor, depois desta formação.

Já para os sócios e familiares na situação de reforma, terminou, em 7 de Dezembro, o curso de Word, que decorreu em Leiria. No final, mais uma vez, as opiniões dos participantes eram positivas.



## Opiniões individualizadas

### Acção nas Caldas da Rainha



Sara Serradas

Achei o curso muito curto, foi positivo e houve necessidade de fazer adaptações e não aprofundamos tanto o SNC devido a haver diferentes níveis de conhecimentos. Acabamos por fugir um pouco do tema, o que correspondeu mais às nossas expectativas e necessidades profissionais. Quanto ao formador, correspondeu aos pedidos efectuados por parte dos formandos.



Daniel Henriques

Devia ter havido mais horas, foi bastante importante para as nossas necessidades profissionais e era interessante aprofundar este tema. O formador foi bastante cordial e disponibilizou-se sempre para ir ao encontro das nossas principais lacunas.

### Acção em Leiria



António Bernardino

O curso foi bom, adquiri bons conhecimentos. Em relação ao formador tem muita experiência, o ambiente foi bom e pretendo que haja mais cursos.



Vitor Oliveira

Gostei bastante do curso, foi muito prático, o formador foi muito paciente e repetiu as vezes necessárias a matéria da aula.

Na minha opinião o número de dias é suficiente desde que estudemos em casa.



## A vida a bordo na Carreira da Índia

TEXTOS: SEQUEIRA MENDES



Doutor José Manuel Azevedo e Silva

A vida a bordo na Carreira da Índia foi o tema de uma conferência proferida pelo Doutor José Manuel Azevedo e Silva, em 9 de Dezembro, numa unidade hoteleira de Coimbra.

A iniciativa inseriu-se no programa cultural das comemorações dos 75 anos do Sindicato dos Bancários do Centro e teve uma assistência que ouviu, colada às cadeiras e sem pestanejar, as doudas explicações com que o conferente a presenteou.

Foi o Presidente da Direcção, Carlos Silva, quem apresentou o orador, referindo a sua condição de antigo bancário e sócio do SBC, onde desempenhou as funções de Presidente da MAG/CG, enaltecendo a sua vida académica e a sua total disposição para esta iniciativa, que se espera não seja a última, concluiu.

O Professor Azevedo e Silva começou por se referir ao grande projecto da ida à Índia e da sua irreversibilidade, a partir de determinada altura, pois foi

um projecto que demorou três quartos de século a preparar. Com ele, os portugueses, procederam ao "desencravamento planetário", pois "se mais Mundo houvera mais lá chegara", como diria o poeta.

Referiu-se ainda o orador à grande inovação da época, que foi a arte de navegar com ventos contrários, bolinar, dando origem a um barco totalmente novo, sem remos, usando unicamente velas latinas, triangulares. Aca-bara de nascer a caravela.

A vida a bordo também interessou muito a plateia, nomeadamente o aprovisionamento para a vida a bordo durante seis meses, o mercantilismo destas expedições e como se processava o retorno do capital investido. Referiu-se ainda à fase mais tardia desta expedição, nomeadamente aos quatro corpos que nesta fase viajavam a bordo: a tripulação, a guarnição militar, os serviços de apoio e os passageiros.

Muitas mais explicações e novidades foram referidas e, finalmente, Carlos Silva agradeceu a lição proferida, presenteando o conferente com uma lembrança e convidando os presentes a tomarem um café. ■

## Grande noite do fado em Pombal

TEXTO: FRANCISCO CARAPINHA



O Departamento de Tempos Livres, em colaboração com o Secretariado da Secção Regional de Leiria, levou a efeito uma Grande Noite do Fado, num restaurante das Meirinhas, em Pombal, e que teve lugar em 10 de Dezembro.

Estiveram presentes, entre sócios e familiares, cerca de noventa apreciadores da canção nacional e a noite foi bastante animada, com um excelente ambiente, sendo servido a todos um magnífico jantar, a que se seguiu a actuação do grupo "Nós e o Fado", da Figueira da Foz.

Depois, cerca da meia-noite foi servido caldo verde, acompanhado de broa de milho, sangria e churrasco misto. ■

## Sindicato homenageia trabalhadores com 25 anos de serviço

Foi em 13 de Dezembro que, nas instalações da Rua Lourenço Almeida Azevedo, o SBC prestou homenagem aos trabalhadores que, em 2010, completaram 25 anos de serviço.

Na cerimónia, em que foram homenageados os Drs. José Coelho Monteiro e José Manuel Esteves e Olívia Lourenço de Almeida, estiveram também presentes os Corpos Gerentes, o Chefe de Serviços e elementos do



gabinete de apoio à Direcção. No uso da palavra, Carlos Silva, Presidente da Direcção, aludiu ao reconhecimento que o Sindicato tem pelos seus trabalhadores, referindo a justeza da singela homenagem prestada àqueles que agora completaram 25 anos de serviço.

Pela parte dos trabalhadores foi referido o carácter efémero das pessoas, já que o que permanece são as Instituições.

O SBC presenteou os homenageados com uma lembrança evocativa, seguindo-se um lanche. ■



## Sipnose de uma vida ao serviço dos trabalhadores

TEXTO: JOSÉ LUIS PAIS

Na sequência do artigo intitulado "75 anos a servir os trabalhadores", publicado no n.º 35 da nossa revista, a Corrente, trazemos hoje à estampa alguns aspectos históricos da vida do nosso Sindicato, subdivididos por: cronologia e marcos importantes e curiosidades do Contrato Colectivo de Trabalho

### Cronologia do Sindicato

1934 – fundação do SNECSDL - Sindicato Nacional dos Empregados das Companhias de Seguros do Distrito de Lisboa.

1949 – nova designação: Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros do Distrito de Lisboa (SNPSDL).

1970 – membro fundador da CGTP-IN.

1974 – alteração do nome: Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Sul (STSS).

1976 – adesão à Carta Aberta.

1978 – membro fundador da UGT.

1979 – adesão à FIET.

1980 – 1.º Congresso. O nome do Sindicato passou para: Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Sul e Ilhas (STSSI).

1986 – alteração da denominação para: STSSRA – Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Sul e Regiões Autónomas.

1990 – promotor do INETES - Instituto de Educação Técnica de Seguros.

1999 – 7.º e último Congresso.

2000 – denominação actual: STAS - Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Seguradora. Âmbito geográfico nacional.

- constituída a INETES - Associação para o Ensino e Formação.

2001 – criação da JOVENS SEGUROS - Associação para o Desenvolvimento Ocupacional.

- integração da FIET na UNI.

2007 – membro fundador da FEBASE - Federação do Sector Financeiro.

### Marcos e curiosidades do CCT

#### 1936

1.º Contrato Colectivo de Trabalho celebrado entre o Grémio dos Seguradores, representando as Sociedades de Seguros

nacionais e estrangeiras e os Sindicatos Nacionais dos Empregados das Companhias de Seguros do Distrito de Lisboa e dos Profissionais de Seguros do Distrito do Porto. Entrou em vigor a partir de 1 de Janeiro de 1937.

Curiosidades do contrato: Horário de Trabalho – Início do trabalho às 10 horas, encerramento às 18 horas; suspensão das 12 ½ às 14 horas. Aos Sábados, o trabalho começará, como nos outros dias, às 10 horas e terminará às 13 horas, com duração ininterrupta.

Categorias – chefe de contabilidade; chefe de secção; tesoureiro; subchefe de secção; escriturário do 1.º ao 4.º escalão; caixa privativo; praticante do 1.º ano ao 4.º; telefonista PBX; encarregado de serviços externos; cobrador privativo; enfermeiro; ajudante; servente; contínuo; 1.º servente e 2.º servente.

Organização dos quadros – o preenchimento das vagas será feito, de preferência, por indivíduos do sexo masculino, não podendo as Sociedades Seguradoras, a partir da data da celebração deste contrato, admitir...mais de 15% de indivíduos do sexo feminino... As Sociedades que, nesta data, tenham ultrapassado essa percentagem, não voltarão a admitir pessoal feminino enquanto se verificar esse limite ou excesso.

Férias – ...com 1 ano de serviço efectivo, um mínimo de 20 dias de licença com os vencimentos por inteiro.

Vencimentos – nas sedes das Companhias portuguesas e nas Agências Gerais das Companhias estrangeiras e nas representações dumas e outras, em Lisboa e Porto. Mais elevado "Chefe de Contabilidade" (Compª c/ receita superior a 5.000 contos) ...1.600\$00. Mais baixo "2.º Servente" ...150\$00.

Diuturnidades – por cada período de 5 anos de serviço em cada categoria, será estabelecida uma diuturnidade de 5%, até ao limite de 4.

#### 1945

Licenças especiais – 7 dias por motivo de casamento e 4 dias por morte de pais, filhos, cônjuges ou irmãos. Pessoal feminino - ...tem direito, por altura do parto, a um período de 30 dias de licença, cujo início será indicado pelo médico da Caixa Sindical de Previdência dos Profissionais de Seguros...

#### 1954

Férias – aos chefes de secção e aos empregados c/ mais de 20 anos de bom e efectivo serviço serão concedidos 25

dias de férias. Inclusão: tempo necessário à prestação de socorro imediato em caso de doença súbita ou grave do cônjuge, filhos, pais, avós, netos ou irmãos, quando não haja outra pessoa de família... Tabela salarial – uma tabela para Lisboa e Porto e outra para outras localidades.

#### 1962

Categorias profissionais – (pessoal interno de carteira) director de serviços; chefe de serviços; chefe de secção; subchefe de secção; 1.º, 2.º, 3.º escriturário; 1.º e 2.º aspirante e 1.º, 2.º e 3.º praticante. (pessoal externo, não de carteira) telefonista. (pessoal externo) 1.º e 2.º empregado de serviço externo e auxiliar externo. (pessoal menor) 1.º, 2.º e 3.º contínuo e 1.º e 2.º paquete. (pessoal dos postos médicos) 1.º e 2.º servente. Férias - c/ 1 a 9 anos de serviço: 21 dias; c/ 10 a 19 anos de serviço: 25 dias; com mais de 20 anos: 30 dias. Director de serviços, chefe de serviço e chefe de secção: 30 dias. Tabelas salariais – uma para os empregados de Lisboa, Porto e Funchal. Outra para os empregados de outras localidades.

Trabalho feminino – dispensa, quando pedida, de comparência ao trabalho durante um ou dois dias, em cada mês.

#### 1968

Horário de trabalho – início do trabalho às 9,30 h...abolido o trabalho ao Sábado mas, à 2.ª feira, o trabalho é prolongado até às 18,30 h. Instituídos os feriados obrigatórios para a Indústria de Seguros. Férias – todos os empregados, que estejam ao serviço da Sociedade há mais de um ano, terão direito... com 1 ano a 9 anos de antiguidade... 15 dias úteis; com 10 a 19 anos... 19 dias úteis; com 20 ou mais anos... 22 dias úteis. Os directores de serviços, chefes de serviços ou chefes de secção terão direito a 22 dias úteis. Faltas, dispensas e impedimentos (s/ perda de quaisquer direitos) - 8 dias pelo casamento; 4 dias por morte de pais, sogros, filhos, cônjuges ou irmãos; 2 dias por morte de avós, netos ou cunhados; Inclusão dos sogros no tempo necessário para a prestação de socorro imediato. Criados os suplementos por procuração. Antiguidade - ...por cada período de 5 anos na mesma categoria e no máximo de 4 ...a partir de 5 e até 10 anos - 5%; de 10 e até 15, mais - 7%; de 15 e até 20, mais - 7%; aos 20 anos, mais - 8%. Trabalho feminino - 60 dias por parto. Instituído o pagamento de despesas efectuadas em serviço. ▶



## ► 1971

Atribuição do subsídio de Natal. Antiguidade – alterados os períodos das diuturnidades para 4, 8, 12 ou 16 anos. Férias – 15 dias úteis para os trabalhadores com menos de 5 anos de serviço; 22 dias úteis com 5 anos ou mais. Novo quadro para faltas que não envolvem perda de quaisquer direitos. Trabalho feminino – são consideradas como justificadas as faltas até 2 dias por mês. Tabela salarial única.

## 1975

Férias – 30 dias para todos os trabalhadores. Nova redacção para Faltas que não envolvem perdas de quaisquer direitos. Vencimento mais elevado: Director de Serviços – 17.000\$00. Vencimento mais baixo: Estagiário dos serviços gerais – 5.000\$00.

## 1977

Prémios de antiguidade – ao completar 12 anos...12%. Por cada ano a mais, até aos 25 anos...1%. Ao completar 30 anos de serviço...30%. Trabalho feminino – concedido o direito de faltar durante 90 dias, no período de maternidade. Instituída contratualmente a Organização dos Trabalhadores, nomeadamente: Delegados Sindicais; Comissões de Trabalhadores. Aplicada a Medicina no Trabalho e Higiene. Aplicado pela 1.ª vez o Subsídio de almoço: 50\$00 por cada dia de trabalho efectivamente prestado.

## 1979

Duração de férias – 22 dias úteis de férias. Prémios de antiguidade – ao completar 10 anos...4%. Ao completar 11 anos...8%. Mantém-se a redacção do CCT anterior a partir de 12 anos. Figuram pela

1.ª vez as regalias nos casos de doença, acidente ou morte. Indemnização por factos ocorridos em serviço – em caso de acidente de trabalho, incluindo o acidente “in itinere” ou de doença profissional...será garantido o ordenado efectivo, remunerações e demais regalias, correspondentes à categoria a que pertenceria se continuasse ao serviço efectivo. Actividade sindical – no exercício legal das suas atribuições, as empresas reconhecem aos Sindicatos a sua actuação.

## 1982

Horário normal de trabalho – compreendido entre as 8,45 h e 12,45 h e entre as 13,45 h e as 16,45 h, de 2.ª a 6.ª feira, excepto à 2.ª feira, em que terminará às 17,45 h. Prémios de antiguidade – ao completar 10 anos...10%. Por cada ano a mais 1%, até ao limite de 30%. Fixaram-se 16 níveis de remuneração.

## 1984

Faltas justificadas – 11 dias seguidos por motivo de casamento; 5 dias por morte do cônjuge, filhos, enteados, pais, sogros, padrastos, noras e genros. Mantiveram-se os dias para outros familiares.

## 1986

Eficácia – acompanharão a eficácia da tabela as seguintes cláusulas: Prémios de antiguidade; Suplementos de ordenado; Abono para falhas; Pagamento de despesas efectuadas em serviço em Portugal; Benefícios complementares da Segurança Social.

## 1991

Foi abolida no horário de trabalho a ½ hora de 2.ª feira. Licença com retribuição

– 3 dias quando perfizerem 50 anos de idade e 15 de antiguidade; 4 dias c/ 53 anos de idade e 18 anos de antiguidade; 5 dias c/ 55 anos de idade e 20 anos de antiguidade. Eficácia – acompanharão a eficácia da tabela as seguintes cláusulas: Prémios de antiguidade; Suplementos de ordenado; Benefícios complementares da Segurança Social; Subsídio de almoço.

## 1995

Instituído o seguro de doença para os trabalhadores no activo e pré-reformados, cobrindo despesas de internamento hospitalar, bem como as de intervenção cirúrgica com internamento hospitalar, até ao limite de 1.500 contos por ano e por trabalhador. Eficácia – acompanharão a eficácia da tabela as seguintes cláusulas: Prémios de antiguidade; Suplementos de ordenado; Subsídio de almoço.

## 2001

Férias – ...direito a 23 dias úteis...

## 2002

Férias – ...24 dias úteis... Prémio de antiguidade – ao completar 10 anos...10%. Por cada ano completo, mais 1%.

## 2003

Férias – ...25 dias úteis... Natal e Páscoa – É equiparada a feriado a véspera de Natal. Os trabalhadores estão dispensados do cumprimento do dever de assiduidade na tarde de 5.ª feira Santa. Licença com retribuição – 3 dias quando perfizerem 50 anos de idade e 15 de antiguidade; 4 dias c/ 52 anos de idade e 18 anos de antiguidade; 5 dias c/ 54 anos de idade e 20 anos de antiguidade. ■

Apresentámos alguns factos que ao longo dos anos, com esforço e trabalho, contribuíram para a defesa e salvaguarda dos interesses dos trabalhadores de seguros. Alguns dos quais, em épocas bem diferentes e complicadas. Mas, apesar de algumas intransigências e, aqui e ali, alguma morosidade, a razoabilidade essencial surgiu.

Vem a propósito destacar a posição irredutível da APS que, contrariando o que tem sido a prática negocial de anos e anos, despreza os nossos direitos e espezinha os sacrifícios dos trabalhadores de seguros. De facto, é inaceitável e incompreensível que a Associação Portuguesa de Seguradores se posicione pela falta de seriedade negocial.

Continuaremos dispostos a exigir aquilo que consideramos justo e equilibrado e a dignificar o longo historial deste Sindicato.

## Museu da história dos Seguros em Portugal

TEXTO: VÍTOR ALEGRIA

A Direcção do STAS, em parceria com um conjunto de entidades individuais e colectivas, está a procurar lançar um projecto que visa a criação de um clube sobre a história e o espólio da actividade seguradora em Portugal, que integrará, como um dos seus objectivos, a criação de um núcleo museológico, com objectos, equipamentos e documentos que possam ter contribuído para a formação da história colectiva da nossa actividade.

Como muitos trabalhadores são fiéis depositários desse riquíssimo espólio com

memória, e para que a mesma não se perca, vimos solicitar a vossa melhor cooperação, no sentido de poderem doar tal espólio para a criação deste Museu da Memória da Actividade Seguradora, para que as gerações vindouras possam aquilatar da riqueza da nossa história colectiva, a partir dos mais variados objectos, equipamentos e documentos.

Ficamos, assim, a aguardar penhorados pelos vossos contactos, podendo para isso utilizar o endereço stas@stas.pt ou, se forem contactados pelos nossos parceiros do projecto, nomeadamente o co-

lega Vítor Alegria (telemóvel 932 222 488), prestem a vossa cooperação, porque o sucesso desta iniciativa também passará pela vossa boa vontade.

Todos não seremos demais para a construção de algo que retrate, através destas recolhas e exposição pública da evolução histórica duma actividade humana de natureza iminente social, que mais nenhuma outra possui, em que gerações de trabalhadores têm dado excelentes contribuições para a sua perpetuação, ao longo dos tempos. ■

## Confraternizações natalícias nos Açores

TEXTO: JOSÉ LUÍS PAIS



Angra do Heroísmo

As tradicionais confraternizações natalícias dos sócios açorianos do STAS realizaram-se em 3 e 10 de Dezembro.

A primeira teve lugar em Angra do Heroísmo, onde a Direcção Nacional se fez representar pelo 1.º Vice-presidente,

José Luís Pais, acompanhado por dois elementos da Direcção dos Açores, José Maria Barbosa e José Nicolau Garcia.

Na segunda data assinalada, aconteceu o convívio em Ponta Delgada, com a presença do Presidente da Direcção, Carlos Marques, e de toda a Direcção dos Açores.



Ponta Delgada

Em ambientes salutar e de franca camaradagem, o que não surpreende, atendendo à maneira de ser e de estar dos açorianos, houve a oportunidade para uma troca de informações sindicais, cujas temáticas, inevitáveis, foram os casos mais candentes do momento, nomeadamente a proposta salarial e as incidências do Orçamento do Estado para 2011.

Uma referência especial para felicitar os colegas da Direcção açoriana, pela forma como conseguiu proporcionar este excelente momento a todos os participantes. ■

## Apelo aos amantes do coleccionismo

TEXTO: MÁRIO RÚBIO

Muitos são os colegas que, ao longo de vários anos, se têm dedicado a juntar algumas coisas que muitos pensam não ter qualquer significado ou valor mas que, mais tarde, se tornam em colecções de grande interesse cultural, histórico e até mesmo económico.

Por vezes, os proprietários dessas colecções manifestam algum descontentamento por, nem sempre, ser possível exibirem as suas peças e partilharem-nas com os outros e, quem sabe, até trocar interesses e conhecimentos, enriquecendo-se pessoalmente e patrimonialmente.

Já, por várias vezes, tentámos lançar o desafio para mostrarem essas peças, convidando-os a partilharem a sua riqueza e, porque não, a ajudarem outros a iniciar um hobby que lhes poderá trazer muitos conhecimentos e, acima de tudo, prazer pessoal, mas infelizmente sem sucesso.

Mas porque somos teimosos, aqui estamos, de novo, a lançar o desafio a todos os coleccionadores para, em 2011,



aproveitando o espaço disponível nas instalações do Sindicato, poderem mostrar as suas peças e até trocar ou obter o que pretenderem.

O espaço será aberto a todos os que desejarem contribuir para esta iniciativa e, se for pequeno, poderemos, desde já, assegurar a realização de mais exposições, eventualmente temáticas ou não.

Aqui fica o desafio e, para que tudo possa ser devidamente tratado, agra-

decemos a vossa colaboração no sentido de nos informarem do vosso interesse em participar neste evento.

Para o efeito, solicitamos que nos informem das colecções que possuem e que gostariam de ver expostas, quantas peças a expor e que tipos de expositores necessitam.

Para mais informações agradecemos o vosso contacto para Mário Rúbio: mario.rubio@stas.pt ■





23 de Janeiro de 2011  
Eleição do Presidente da República

agora é a sua vez  
**use  
o seu voto**



Comissão Nacional de Eleições



100 ANOS DA REPÚBLICA PORTUGUESA